

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reviravolta na Câmara atropela reforma do IR 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator do IR altera tributação de empresas para reduzir perda de estados 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sabino inclui OAB em comitê e desagrada a Receita Federal 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça proíbe exclusão de programa de repatriação 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - FUNDOS DE INVESTIMENTO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ruim para dividendo, bom para previdência 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC dos Precatórios afeta 4,6 mil ações do INSS 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto que suspende prova de vida do INSS 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas e Estados elevam pressão e Câmara adia votação de reforma do IR 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Os jovens são a chave para criar um futuro melhor (Artigo) 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Onyx: governo quer novas regras para home office e aplicativos 20

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Goiás refinancia R\$ 3,61 bi em dívidas e adesão ao RRF avança 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O protagonista será o Senado - BRASÍLIA - DF 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI, estados e auditores entregam ao Senado manifesto por reforma tributária ampla
..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma desonera classe média em ano eleitoral" 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Confusões de uma agenda eleitoreira - MÍRIAM LEITÃO	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator muda parecer, mas resistências à reforma permanecem	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Cúpula pela democracia	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Petrobras reajusta gasolina em 3,3%, na 2ª elevação sob comando de general	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo e Lira querem aprovar texto que ninguém conhece	37
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Reforma do IR e honestidade intelectual - OPINIÃO JURÍDICA	38
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Racionamento, controle de preços, alta de juros: o passado voltou? - MERCADO S/A	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
A inflação assusta (Editorial)	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo já prevê R\$ 574 bi em fundo com orçamento paralelo	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Vendas do comércio frustram previsões e caem 1,7% em junho	46
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Siglas poderão ter R\$ 7 bi de verba pública em 2022	49
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
O limite da obediência - WILLIAM WAACK	52
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Por que a inflação é mais alta no Brasil? - CELSO MING	53
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Especialistas veem ilegalidades na PEC do precatório	56
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Incertezas fiscais e políticas pesam e dólar vai a R\$ 5,22	58
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Juro 'neutro' se mantém apesar de riscos fiscais	60
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS POLÍTICA	

Volta das coligações partidárias em 2022 passa na Câmara em primeiro turno..... 62

Reviravolta na Câmara atropela reforma do IR

ISRAEL MEDEIROS

Em dia tumultuado na Câmara dos Deputados, a proposta da **reforma tributária** que altera a tabela e as regras do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas emperrou. O item estava na pauta desde a semana passada, quando passou a tramitar com regime de urgência. A expectativa, segundo o relator da proposta, Celso Sabino (PSDB-PA), era de votar o PL ontem e, por isso, diversas entidades setoriais e ligadas à indústria se posicionaram sobre o tema.

Os parlamentares participaram, ao todo, de três sessões deliberativas extraordinárias, e decidiram pela perda de mandato da deputada Flordelis, acusada de mandar matar o marido. Também houve a apreciação da PEC da reforma eleitoral e a discussão da MP 1045/21, que altera regras trabalhistas. Uma nova sessão extraordinária foi marcada para esta quinta-feira, mas não há previsão de votação do projeto da **reforma tributária**, que tem causado polêmicas entre especialistas, empresários e associações e parece estar longe do consenso no Congresso.

Entre as principais mudanças da reforma do IR está a ampliação da isenção do IRPF dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. A proposta, no entanto, também prevê o fim da declaração simplificada do IR para aqueles que recebem acima de R\$ 40 mil por ano (cerca de R\$ 3,33 mil mensais). Esse grupo, agora, deverá fazer a declaração completa do Imposto de Renda - o que, segundo especialistas, aumentará a carga tributária para essas pessoas, já que não haveria mais a opção do desconto simplificado de 20%.

Outro trecho que gera polêmica é a tributação de dividendos por pessoas jurídicas - que não era realizada desde 1996. Eles passam a ser tributados em 20%. A mudança foi criticada por empresários, o que levou o relator, Celso Sabino (PSDB-MA) a isentar proventos distribuídos por empresas do Simples Nacional. Também ficam isentas pequenas empresas que distribuem até R\$ 20 mil por mês por beneficiário.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a tributação de dividendos argumentando que grandes acionistas não pagam **impostos**, o que ele considera uma distorção. A mudança, segundo o ministro, deve incentivar empresas a reinvestirem lucros, em vez de distribuí-los.

Desde o último mês, Celso Sabino apresentou várias versões do seu parecer ao projeto. Ele chegou a prever a redução da alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) para 2,5% em 2023, mas voltou atrás, após cálculos que apontavam para perdas de até R\$ 30 bilhões para a União. A última versão do texto prevê redução do IRPJ dos atuais 15% para 6,5% em 2022 e 5,5% em 2023.

Críticas

Entre as principais restrições feitas ao projeto está a quantidade de modificações feitas por Sabino e a pressão para votar o texto, sem tempo para um diálogo aprofundado com especialistas e setores da economia que serão diretamente afetados.

Ontem, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) criticou a tributação de dividendos. "A alíquota sobre dividendos (20%) maior do que a incidente sobre aplicação financeira (15%) é um incentivo ao rentismo, além de tornar mais vantajoso o endividamento das empresas em detrimento do fortalecimento do capital próprio", diz nota da entidade.

O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco) também fez **duras críticas ao projeto**. "Nasceu virtuoso por propor medidas tributárias progressivas, mas se deformou ao longo das pressões do lobby dos grandes contribuintes, dos profissionais liberais, como advogados e médicos, e de parcela dos parlamentares interessados em enfraquecer a fiscalização tributária", afirmou o sindicato.

Senado apoia reforma ampla

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), comprometeu-se ontem a colocar em discussão a PEC 110/2019 para tentar aprovar uma **reforma tributária** ampla dos **tributos** sobre o consumo. Foi o que ele anunciou ontem, após reunião com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, e com o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da proposta.

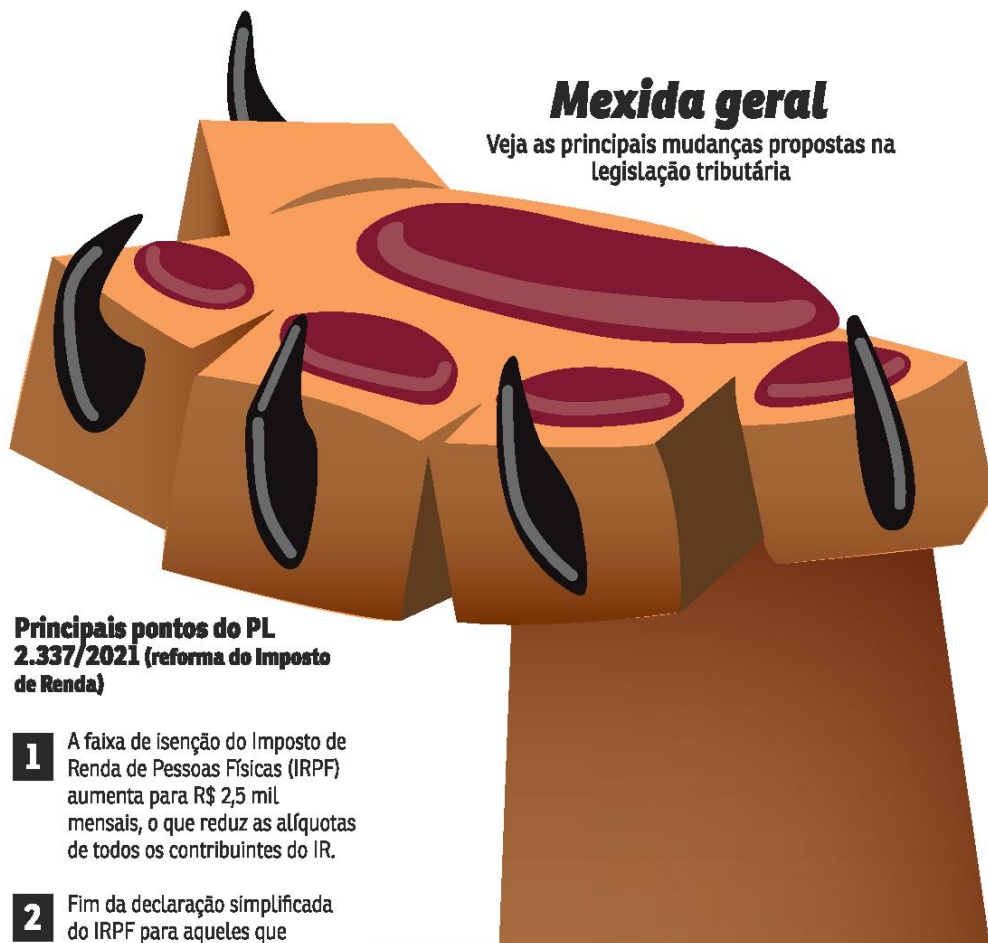
"Há uma reivindicação da CNI e de outras tantas entidades, prefeitos e estados da Federação, por uma **reforma tributária** ampla. Sem prejuízo da avaliação

dos projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados com esse mesmo objeto, temos esse compromisso de uma avaliação da PEC 110 no Senado Federal", disse.

O relator, que tem conversado com a equipe econômica do governo e com o próprio Pacheco sobre o assunto, prepara um novo parecer ao texto, com a ajuda de tributaristas. A proposta prevê uma reforma mais ampla dos **tributos** de consumo.

A CNI, ao lado de outras entidades, divulgou ontem um manifesto pela **reforma tributária** ampla. O documento critica a proposta do governo de dividir a reforma em fases e o foco na união apenas de PIS e de Cofins em uma Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS).

As entidades empresariais acreditam que os **impostos** estaduais e municipais deveriam ser incluídos na redefinição do sistema tributário, o que poderá ser feito por meio da PEC 110. No manifesto, as entidades também defendem a simplificação do sistema e um modelo de tributação progressiva. O documento critica, ainda, o regime tributário brasileiro, por taxar bens e serviços de forma separada. Por último, defende a adoção do princípio de tributação no destino, como forma de encerrar a guerra fiscal entre estados, que, segundo o empresariado, "se tornou disfuncional como instrumento de desenvolvimento".
(IM)



Mexida geral

Veja as principais mudanças propostas na legislação tributária

Principais pontos do PL 2.337/2021 (reforma do Imposto de Renda)

- 1** A faixa de isenção do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) aumenta para R\$ 2,5 mil mensais, o que reduz as alíquotas de todos os contribuintes do IR.
- 2** Fim da declaração simplificada do IRPF para aqueles que recebem acima de R\$ 40 mil por ano (R\$ 3,33 mil por mês).
- 3** Redução da alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) dos atuais 15% para 6,5% em 2022 e 5,5% em 2023.
- 4** Redução da alíquota do CSLL em 1,5% a partir de 2022, passando a ser de 7,5%.
- 5** Fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP).
- 6** Tributação da distribuição de dividendos em 20%. Ficam isentas empresas do Simples e pequenas empresas até o limite de R\$ 20 mil mensais por beneficiário.
- 7** O texto contempla novos tipos de Distribuição Disfarçada de Lucros para evitar sonegação e abre uma janela para tributar lucros auferidos no exterior.
- 8** Lucros e dividendos recebidos por fundos de investimento serão tributados na fonte em 5,88%;

Principais pontos da PEC 110

- Prevê a união de nove tributos: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS, IOF, Pasep, Cide-Combustíveis e Salário-Educação.
- Com a união dos impostos, seria criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), adotado em 160 países.
- A alíquota do IBS seria uniforme em todo o Brasil e definida através de Lei complementar. A arrecadação seria partilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios.
- A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seria extinta e sua base seria incorporada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).
- A base de incidência do IPVA seria ampliada e passaria a incluir aeronaves e embarcações, que hoje são isentos. A arrecadação seria dos municípios.
- A implementação total do novo modelo duraria cinco anos. O princípio do destino seria progressivamente adotado. A transição total para o novo sistema seria de 15 anos.
- Imposto seletivo, de cunho arrecadatório, seria cobrado sobre petróleo e derivados e cigarros. Também seriam taxados serviços de telecomunicações, energia elétrica, bebidas e veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos.

Relator do IR altera tributação de empresas para reduzir perda de estados

Fábio Pupo e Danielle Brant Brasília

O relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou nova versão do texto inserindo um corte de 1,5 ponto percentual na CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), um tributo federal aplicado às empresas.

A previsão inicial era a Câmara votara proposta nesta quarta-feira (11), mas a análise foi adiada. O texto pode ser levado ao plenário da Casa nesta quinta-feira (12).

Com a redução de 1,5 ponto das alíquotas da CSLL previsto no novo texto, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%.

A diminuição na CSLL ocorre enquanto o relator torna mais brando o corte no IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica), para tentar diminuir a resistência de estados e municípios à diminuição. A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos e a CSLL, não.

Essa é a terceira versão de substitutivo apresentada pelo relator para buscar apoio ao texto, mas, mesmo assim, os estados ainda calculam ter perda com a proposta.

De acordo com cálculos feitos pelo Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda), as perdas para estados e municípios chegariam a R\$ 16,5 bilhões pelo novo texto. A versão anterior estimava um rombo de R\$ 24 bilhões aos entes subnacionais.

A nova conta já considera a redução de R\$ 40 bilhões de carga tributária promovida pela proposta compensada pelas revisões de benefícios.

Os estados continuam apresentando resistências à proposta e citam entre as insatisfações a isenção ilimitada de dividendos para empresas do Simples somada à redução do IRPJ que alcançaria também essas companhias.

A terceira versão da proposta de Sabino foi apresentada na terça (10) à noite e propõe que a alíquota-base do IRPJ seja reduzida em 9,5 pontos percentuais -de 15% para 6,5% em 2022 e para 5,5%

em 2023.

Na versão anterior, o corte era de 12,5 pontos percentuais -distribuídos em três anos e com parte da redução condicionada a um aumento na arrecadação pública.

O projeto original encaminhado pelo Executivo propusera uma redução bem mais tímida no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxação dos dividendos em 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas.

Diante das reclamações da iniciativa privada, o relator vem tentando agradar aos empresários com um corte mais profundo. Mas enfrenta, a cada movimento, a reação de prefeitos e governadores -que não querem perder recursos do Imposto de Renda (que é recolhido pela **Receita Federal**, mas compartilhado com estados e municípios).

Em um dos principais pontos do texto, a criação da taxação de 20% sobre dividendos, o relator adicionou diferentes flexibilizações.

No texto original do governo, a única isenção era para a pessoa física que recebesse até R\$ 20 mil mensais de micro ou pequena empresa.

O substitutivo do relator isenta totalmente dividendos pagos por empresas do Simples. Também expande a isenção em outros casos, como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra).

Além disso, flexibiliza as regras de dividendos pagos a fundos de investimentos. Eles terão uma alíquota mais baixa, de 5,88%.

Outra mudança relevante foi sobre os JCP (juros sobre capital próprio), espécie de dividendos pagos pelas empresas e que hoje podem ser computados como despesas -abatendo **impostos**.

O texto do governo já previa o fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, mas ainda deixava a possibilidade de as empresas distribuírem os lucros usando o instrumento.

Caso os dividendos passassem a ser taxados, o JCP poderia virar um caminho para as empresas para distribuir lucros aos acionistas. Mas o substitutivo do relator agora elimina o JCP. O relator não faz mudanças nas regras previstas para as pessoas físicas. Com isso, fica mantida a previsão de elevar a isenção (hoje, para quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês) para R\$ 2.500 por mês.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

35

Sabino inclui OAB em comitê e desagrada a Receita Federal

Fabio Graner e Raphael Di Cunto

O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) em sua mais recente versão da reforma do imposto de renda fez duas mudanças que desagradaram bastante a **Receita Federal**. O novo relatório prevê a inclusão de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no comitê formado pela Receita, **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e na definição das súmulas (interpretação consensual) de regras aplicáveis à gestão tributária.

"Entendemos ser oportuna a participação da sociedade na interpretação das normas fiscais, inclusive na análise de atos normativos que extrapolem o poder regulamentar concedido à administração pública, pelo que sugerimos a inclusão de representantes da OAB no comitê", diz o relator. Esse colegiado também poderá sustar atos da Receita que se considerem que extrapolem seu poder regulador.

Além disso, o parlamentar incluiu no substitutivo uma definição de que, em caso de empate nos julgamentos do **Carf**, "o sujeito passivo" no processo terá ganho de causa. O advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, explicou que a norma amplia as possibilidades em que o contribuinte se beneficia da regra de desempate, incluindo por exemplo situações de multa **aduaneira** e de perdimento de bens.

Uma fonte da Economia reclamou que nenhuma dessas propostas foi discutida previamente com a Receita e considera sua inclusão no texto um "absurdo".

Essa fonte explica que o comitê que o relator quer colocar a OAB exerce uma função de administração tributária, atividade típica e exclusiva de Estado e bastante sensível, com atribuições específicas, inclusive poder de polícia. Dessa forma, explica o interlocutor, a inclusão da OAB, uma entidade privada, em órgão da administração pública, em que uma das funções será editar súmulas vinculantes que irão pautar a atividade de agentes públicos fere frontalmente o que dispõem doutrina e jurisprudência sobre o assunto.

Já sobre o dispositivo que trata de critério de desempate no julgamento no âmbito do **Carf**, o tema já vem sendo questionado em ações diretas de inconstitucionalidade pautadas no Supremo Tribunal Federal (STF), lembra a fonte do governo. Para ela, tanto a redação atualmente em vigor do dispositivo como a proposta que amplia o seu alcance subvertem o princípio da "autotutela administrativa", ao tirarem o controle dos órgãos sobre seus próprios atos.

A visão é que a necessidade de se preservar a imparcialidade dos julgamentos, tendo em vista o princípio do devido processo legal, não ocorre simplesmente escolhendo o lado do contribuinte, "pois persistiria a alegada parcialidade", agora contra a Receita.

Ao Valor, Sabino afirmou que a Receita estava colocando obstáculos para não aplicar a mudança no voto de qualidade aprovada pelo Congresso no ano passado e que o projeto deve resolver isso. Antes, da lei de abril de 2020, o desempate era dado pelo presidente do **Carf**, indicado pelos auditores fiscais. Agora é a favor do contribuinte. Partidos de esquerda criticaram a mudança. "Isso é um desmonte do Estado. Esse conselho vai poder rever as resoluções já editadas pela Receita e, depois de um tempo, começar a travar novas resoluções", criticou o deputado Afonso Florence (PT-BA), que coordena a reforma pela oposição.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977?page=1§ion=1

Justiça proíbe exclusão de programa de repatriação



Advogado Caio Malphigi: esse é o único precedente conhecido até agora

Beatriz Olivon De Brasília

A Justiça impediu que um contribuinte seja fiscalizado e excluído do programa de repatriação. A sentença da 2ª Vara Federal de Joinville (SC) é a primeira conhecida a afastar um medo comum de quem aderiu ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct): ser autuado após informar à **Receita Federal** sobre dinheiro não declarado no exterior.

A primeira fase do programa, em 2016, teve a adesão de 25 mil pessoas físicas e 100 empresas, com arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Já na segunda fase, em 2017, aderiram 1.915 pessoas físicas e 20 empresas, com R\$ 1,6 bilhão arrecadado.

O medo dos contribuintes pode ser justificado pelo fato de a questão estar no Plano Anual de Fiscalização da **Receita Federal** e terem sido divulgadas interpretações da legislação somente após o fim do prazo para a adesão ao programa. De acordo com o órgão, 251 procedimentos fiscais relativos ao Rerct foram encerrados em 2020 e outros 108 iniciados.

O órgão informa que não busca necessariamente aplicar autuações com as fiscalizações. Mas verificar o cumprimento das exigências da Lei nº 13.254, de 2016, a "Lei da Repatriação".

A lei permitiu a brasileiros com dinheiro não declarado

no exterior regularizar a situação. Bastaria cumprir alguns requisitos: a origem tinha que ser lícita e o contribuinte deveria pagar 15% de Imposto de Renda (IR) e 15% de multa sobre os valores declarados. Em troca, se livraria de responder por crimes como sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Por meio do Ato Declaratório Interpretativo (ADI) nº 5, de 2018, porém, a Receita mudou sua orientação sobre o Rerct. No canal "Perguntas e Respostas", disponibilizado no site do órgão, passou a prever a possibilidade de intimar quem aderiu à repatriação para a comprovação da origem lícita dos recursos declarados. Para advogados, isso abriu uma brecha para eventual fiscalização e exclusão do programa.

Concedida em julho, a sentença da Justiça de Joinville manteve a liminar antes obtida pelo contribuinte. O pedido foi apresentado por medo de sofrer retaliação, após questionar judicialmente regras do programa e exigir a devolução de R\$ 16,68 milhões, parte do que pagou para trazer recursos do exterior ao país.

O contribuinte declarou 200 ações de empresa localizada no Panamá reunidas em um "trust".

O valor correspondia a R\$ 42,6 milhões, sobre o qual ele pagou os valores exigidos pela **Receita Federal**. O contribuinte também alegou que é inconstitucional cobrar IR sobre valor que não é renda, mas patrimônio. No entanto, essa parte do pedido foi negada (processo nº 5000792-98.2021.4.04.7204).

A liminar foi confirmada pelo juiz Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho. Na sentença, ele afirma que, embora a Receita defenda a legalidade do ADI 5, só pode instaurar procedimento fiscalizatório quando "há indícios ou evidências apuradas em outras fontes". Citando a liminar, diz que a Receita pode adotar providências e constatar por meio de outros elementos se a declaração do contribuinte foi falsa. Mas afastar a tributação, como o contribuinte pediu, acrescenta, seria a anistia dos ilícitos, sem contrapartida.

No começo do mês, embargos de declaração foram negados. O advogado que representa o contribuinte e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deram retorno até o fechamento da edição.

De acordo com Caio Malpighi, advogado tributarista do Mann-rich e Vasconcelos, esse é o único precedente conhecido até agora. Ele acredita haver outros pedidos semelhantes na Justiça, mas sob sigilo. "A base do acordo é uma relação de confiança, o contribuinte confia que vai declarar, ser anistiado e a Receita confia que a origem é lícita", afirma. O ADI 5, acrescenta, cria obrigação não prevista em lei e fere o princípio da boa-fé.

Em março, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu o sigilo das informações prestadas na adesão ao Rerct. Na prática, ela declara que os dados não poderão ser compartilhados nem mesmo com órgãos de investigação (ADI 5729).

"Não se pode confundir o real propósito da lei de repatriação, que não envolve produto de crime da corrupção, a partir do seu eventual mau uso por um ou outro criminoso", diz em seu voto o relator, ministro Luís Roberto Barroso. De acordo com ele, o programa prevê regras claras de exclusão em caso de apresentação de declarações ou documentos falsos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977

Ruim para dividendo, bom para previdência



Carolina Giovanella, da Portofino: "Os fundos de previdência exclusivos, que ficaram fora da tributação do come-cotas, se tornam mais competitivos"

Roseli Loturco

O novo texto substitutivo da **reforma tributária** ainda gera dúvida e falta de consenso entre analistas sobre seus efeitos para o mundo dos investimentos. A proposta original do governo, que já está na terceira versão, vem sendo desmontada como em um tabuleiro de xadrez, mas ainda tem pontos polêmicos. Do jeito que está deverá atingir o pequeno e o grande investidor. Do lado das grandes fortunas, a fígada diz respeito ao come-cotas (Imposto de Renda antecipado) anual que passará a incidir sobre os fundos exclusivos. Hoje, o imposto de 15% só incide sobre esses recursos na hora do resgate. O que deve prejudicar, no entendimento de analistas, a entrada de novos recursos nessa classe de ativos.

Esses fundos costumam ser utilizados por quem tem recursos líquidos a partir de R\$ 20 milhões e, apesar de ainda carregarem atributos próprios como liberdade de gestão (gerido por um único investidor ou família) e ampla possibilidade de alavancagens em ativos de risco no Brasil ou no exterior, além de servirem de instrumento sucessório, podem perder terreno se comparados aos fundos de previdência exclusivos, que carregam características semelhantes e ainda têm redução regressiva de IR que pode chegar a 10%.

"Os fundos de previdência exclusivos, que ficaram fora da tributação do come-cotas, ganham apelo e se tornam mais competitivos", observa Carolina Giovanella, sócia-fundadora e CEO da Portofino Multi Family Office. Ela explica que, na realidade, se aprovado o texto como está, os fundos fechados multimercados vão acabar se segregando em duas estratégias. Uma delas é a FIA (Fundo de Investimentos em Ações), que também ficou fora do come-cotas e tem incidência de 15% de IR. "Já a parte multi estratégia vai acabar indo para previdência e

para estruturas internacionais. O único problema é que isso só vai fazer sentido para cliente que tenha muito patrimônio, pois são veículos", diz Giovanella. A executiva lembra que a tributação de estruturas internacionais foi retirada da segunda versão do Projeto de Lei 2.337, o que considera benéfico para diversificação de portfólio.

Mas as mudanças não devem atingir só os endinheirados. A estratégia de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), por exemplo, tende a ficar menos atraente porque os dividendos perdem a isenção, afetando principalmente ações que costumam pagar bons proventos. A proposta é tributar em 20% a distribuição de dividendos de grandes e médias empresas, deixando de fora as pequenas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano - nesse caso a isenção vale para dividendos de até R\$ 20 mil mensais.

"Pensando sob a ótica do investidor em bolsa, nem a Vale, nem nenhuma empresa de capital aberto se enquadra nesse limite de faturamento. Quem tem ações dessas empresas e for receber dividendos, vai ter imposto de 20% retido na fonte", afirma Alexandre Filizola, head de soluções de investimentos Private B2C da XP Investimentos. O executivo diz que o investidor terá que incorporar essa conta na análise de investimentos e ver se vale a pena.

Ele lembra que, às vezes, a mesma empresa que negocia ações na B3 faz uma emissão de dívida incentivada, isenta de imposto. O melhor, orienta, é pesquisar. "Acho que as pessoas vão rever as carteiras de investimentos, mas não acho que será fator impeditivo investir em ações que pagam dividendos", observa Filizola. Na prática, ele acredita que para a empresa, não afeta em nada. As empresas brasileiras podem distribuir os lucros aos investidores de duas formas: dividendos ou JCP. A diferença é que, hoje, os dividendos são recebidos integralmente pelo investidor, enquanto o JCP é tributado em 15% pela **Receita Federal** na data do depósito.

A tributação sobre dividendos é comum fora do Brasil e os analistas lembram que isso por vezes gera uma tendência forte de recompra de ações por parte da empresa. Nos Estados Unidos (EUA) isso ocorre com frequência. "A Apple e a Amazon têm programas de recompra de ações há dez anos. Isso, por um lado, gera menos ações disponíveis. Mas, por outro, eleva o preço das ações. O que é bom para quem já está investido", afirma Paulo Cor-chaki, CEO da Trafalgar Investimentos. Mas o executivo alerta que o pequeno

investidor, que precisa de fluxo de caixa, pode ser impactado. "Porque a recompra valoriza os papéis, mas ele teria que vender para fazer renda ou fluxo de caixa - renda para pessoa física e fluxo de caixa para empresa", diz Corchaki.

Até o momento, o relator da pauta, deputado Celso Sabino, já tirou da proposta também a queda de isenção fiscal dos fundos imobiliários, prevista no texto original, e a eliminação das alíquotas regressivas dos fundos de renda fixa e multimercado, que continuarão a variar de 22,5% a 15%.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186977?page=1§ion=1

PEC dos Precatórios afeta 4,6 mil ações do INSS

MARTHAIMENES martha.imenes@oglobo.com.br

Ao menos 4.619 ações judiciais de segurados do **INSS** serão afetadas pela proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, enviada pelo governo nesta semana ao Congresso. O texto tem como principal objetivo o adiamento do pagamento de dívidas da União reconhecidas pela Justiça como forma de abrir espaço no Orçamento para a ampliação do Bolsa Família sob o nome de Auxílio Brasil em 2022, ano eleitoral.

A PEC prevê o parcelamento, em até dez anos, dessas dívidas reconhecidas pela Justiça, chamadas precatórios, superiores a R\$ 455 mil. No Brasil, mais de 4 mil processos previdenciários e assistenciais se encaixam no perfil, segundo balanço enviado ao GLOBO por três tribunais regionais federais. Os valores são referentes a revisões de aposentadorias, pensões, auxílios-doença, pensões e outros benefícios.

- Os precatórios de maior valor são exatamente dos segurados que esperam há mais tempo para receber o dinheiro -ressalta Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Na área de São Paulo e Mato Grosso do Sul (TRF-3), há um total de 2.524 precatórios com valores acima de R\$ 455 mil. No Sul (TRF-4), são 1.479 nessa situação. E nos estados de abrangência do TRF-2 (Rio e Espírito Santo), são 616 processos judiciais acima desse valor. O TRF-1 e o TRF-5 não informaram qual parcela dos precatórios do **INSS** se enquadra nessa faixa.

A PEC dos Precatórios prevê o pagamento à vista de 15% do valor devido no primeiro ano, com o restante parcelado em nove anos. De acordo com a proposta, até 2029, o governo só poderá gastar até 2,6% de sua receita corrente líquida para pagar precatórios. Por essa regra, em 2022, apenas os precatórios abaixo de R\$ 455 mil serão pagos à vista.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Senado aprova projeto que suspende prova de vida do INSS

Washington Luiz Brasília

Senadores aprovaram nesta quarta-feira (11) a suspensão da prova de vida para os beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) até 31 de dezembro deste ano devido à pandemia. O projeto segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Anualmente, a comprovação deve ser feita nos bancos onde o segurado recebe o pagamento ou nas agências do IN SS. Esse procedimento estava suspenso desde março do ano passado, mas voltou a ser exigido em junho deste ano.

O relator do texto, senador Jorge Kajuru (Pode-mos-GO), reconheceu que o mecanismo é importante para evitar fraudes, mas defendeu que ele deve ser suspenso em razão dos riscos provocados pela pandemia da Covid-19.

"Não se justifica, no entanto, neste momento tão grave de crise sanitária, que a prevenção a possíveis fraudes fique acima da preservação da vida de milhões de brasileiros, com o risco de corte do benefício a que fazem jus, valores estes que garantem a sua própria subsistência e de sua família", argumentou o senador.

De acordo com o **INSS**, até junho, dos 36 milhões de segurados, 23,6 milhões já haviam realizado a prova de vida.

A proposta inicial mantinha a comprovação para este ano, mas permitia que os aposentados e pensionistas pudessem enviar os documentos comprobatórios por meios eletrônicos ou pelos Correios. O trecho foi retirado na Câmara dos Deputados e acatado pelos senadores.

"O mais acertado para o momento atual é promover a suspensão de tal procedimento, até 31 de dezembro de 2021, esperando que até lá os brasileiros já estejam imunizados pela vacinação [contra a covid-19], razão pela qual somos favoráveis ao acolhimento do novo texto proposto pela Câmara dos Deputados", completou Kajuru.

Pelas regras do projeto, a partir de 2022, todos os bancos deverão usar sistemas de biometria para realizar a prova de vida dos segurados e dar

preferência máxima de atendimento para os beneficiários com mais de 80 anos ou com dificuldades de locomoção. A intenção é evitar demoras e exposição dos idosos a aglomerações.

O texto também autoriza que a prova de vida seja realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado no **INSS**. A primeira via da procuração não será cobrada.

Além disso, o projeto determina que as ligações telefônicas realizadas de telefone fixo ou móvel que visem à solicitação dos serviços deverão ser gratuitas e serão consideradas de utilidade pública.

Enquanto o projeto não for sancionado, os beneficiários do **INSS** devem continuar a fazer a prova de vida conforme as regras do instituto para evitar o corte do pagamento. Para informações sobre o calendário, o beneficiário pode entrar em contato com a instituição onde recebe os benefícios ou ligar para o telefone 135.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

35

Empresas e Estados elevam pressão e Câmara adia votação de reforma do IR

Adriana Fernandes, Camila Turtelli

No dia marcado para a votação do projeto de reforma do Imposto de Renda, empresários, representantes do mercado financeiro, governadores e prefeitos fizeram ontem uma articulação bem-sucedida na Câmara para barrar a proposta - que faz parte da **reforma tributária**. Foram tantas as manifestações que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), adiou a votação do projeto.

Não foi definida ainda uma nova data para que o texto seja analisado pelos deputados.

A pressão de última hora pegou o presidente da Câmara de surpresa - ele considerava que o projeto já estava "azeitado".

O novo parecer do relator do projeto, Celso Sabino (PSDBPA), não modificou a proposta do governo para o IR de pessoas físicas, que ainda prevê aumento da faixa de isenção e limite para o uso de declaração simplificada.

O que mais irritou o setor empresarial foi a decisão do relator de disparar o parecer ainda durante a madrugada para representantes de Estados e tributaristas próximos. O texto, que já teve três versões, só foi protocolado pela manhã no sistema da Câmara, poucas horas antes da votação e sem apresentação de novas projeções sobre o impacto das medidas.

Para o empresariado, o projeto tem potencial de aumentar ainda mais a insegurança jurídica do sistema tributário brasileiro.

Mesmo com as novas mudanças promovidas pelo relator, Estados e municípios ainda calculavam uma perda de R\$ 16,5 bilhões para os cofres regionais.

"Somos completamente contra.

É uma proposta inviável", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade. Na sua avaliação, o texto, se aprovado, trará enxurrada de ações na Justiça.

A indústria defende a votação da primeira fase da **reforma tributária**, enviada ao Congresso ainda no

ano passado, que prevê a unificação do PIS e da Cofins em um único imposto - batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

"Não tem condição, no momento em que estamos discutindo uma **reforma tributária** mais justa e que diminua a burocracia, eles apresentarem uma proposta que vai aumentar a burocracia e a insegurança jurídica", disse Andrade.

O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, afirmou que representantes do setor estão dialogando com os deputados e pedindo que não votem o projeto. Notas foram sendo enviadas aos parlamentares apontando os problemas da proposta. Embora a matéria inclua uma redução em **tributos** pagos pelas empresas, a indústria critica a volta da taxa de distribuição de lucros e dividendos e diz que, no geral, haverá aumento da carga tributária.

"Essa não é a reforma que o setor produtivo precisava", disse Roscoe. "Não dá para saber quão ruim vai sair." Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) também afirmou que o novo texto de Sabino aumenta a carga tributária das empresas.

"A reforma proposta não atingirá os objetivos estabelecidos de neutralidade arrecadatória, incentivo à retomada do desenvolvimento, promoção do investimento, geração de emprego nem de simplificação", diz o texto.

Mudanças. No novo parecer, Sabino diminuiu a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) prevista inicialmente.

Agora, a alíquota em 2023 ficará em 15,5%. Um recuo de 9,5 pontos percentuais na alíquota do IRPJ entre 2022 e 2023. No parecer preliminar, Sabino previa uma queda para 12,5 pontos percentuais: 10 pontos percentuais em 2022 e mais 2,5 pontos percentuais na sequência.

Atendendo ao pedido dos Estados, o relator decidiu também mexer na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que não é compartilhado com os governos regionais - portanto, a queda de arrecadação não causaria impacto aos cofres

estaduais e municipais.

O relator diminuiu a alíquota da CSLL em 1,5 ponto percentual já a partir de 2022, mas a queda foi atrelada ao corte de renúncias.

Dessa forma, a alíquota de 9% da CSLL cairia para 7,5%.

Com as mudanças, a tributação da renda das empresas (IRPJ mais CSLL) cairia de 34% para 23%. A ideia inicial do relator era uma queda de 21,5%.

Ficam isentos os lucros e dividendos distribuídos por empresas que estão no Simples e por pequenas empresas até o limite de R\$ 20 mil por mês por beneficiário.

Também estão isentos lucros e dividendos distribuídos entre integrantes do mesmo grupo econômico, por entidades de **previdência complementar** e por incorporadoras imobiliárias submetidas ao regime especial de tributação mediante patrimônio de afetação.

Os críticos viram improviso e falta de transparência na discussão do projeto. Sabino passou o dia em intensa negociação e buscou apoio dos Estados e municípios, que apresentaram novas sugestões. Entre as sugestões apresentadas, estava a de que a queda do IR fosse feita diminuindo a alíquota adicional de 10% que incide sobre os lucros que ultrapassam R\$ 20 mil. Ela cairia para 0,5%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os jovens são a chave para criar um futuro melhor (Artigo)

KLAUS SCHWAB

Os jovens de hoje estão envelhecendo em um mundo assolado por crises. Mesmo antes da pandemia da covid-19 devastar vidas e meios de subsistência em todo o mundo, os sistemas socioeconômicos do passado colocaram em risco a subsistência do planeta e erodiram para muitos o caminho para vidas saudáveis, felizes e plenas.

A mesma prosperidade que permitiu o progresso global e a democracia após a Segunda Guerra Mundial está criando agora a desigualdade, a discórdia social e a mudança climática que vemos hoje - com um crescente hiato de riqueza geracional e o peso da dívida da juventude também.

Para a geração de millennials, a crise financeira de 2008 e a Grande Recessão resultaram em desemprego significativo, enorme dívida estudantil e falta de empregos significativos.

Agora, para a geração Z, a covid-19 causou fechamentos de escolas, agravamento do desemprego e protestos em massa.

Os jovens têm razão em estar profundamente preocupados e zangados, vendo esses desafios como uma traição ao seu futuro. Mas não podemos deixar essas crises convergentes nos sufocarem. Devemos permanecer otimistas - e devemos agir.

A próxima geração é a parte interessada mais importante e mais afetada quando se fala sobre nosso futuro global - e devemos a ela mais do que isso.

O ano de 2021 é o momento de começar a pensar e agir a longo prazo para tornar a paridade intergeracional a norma e projetar uma sociedade, economia e comunidade internacional que cuidam de todas as pessoas.

Os jovens também são os mais bem colocados para liderar essa transformação.

Nos últimos dez anos trabalhando com a Comunidade de Modeladores Globais do World Economic Forum, uma rede de pessoas com idades entre 20 e 30 anos trabalhando para resolver problemas em mais de 450 cidades ao redor do mundo, eu vi em primeira mão

que eles são aqueles com as ideias mais inovadoras e energia para construir uma sociedade melhor para o amanhã.

No ano passado, a Comunidade de Modeladores Globais organizou diálogos sobre as questões mais urgentes enfrentadas pela sociedade, por governos e por negócios em 146 cidades, atingindo um público de mais de 2 milhões de pessoas. O resultado desse esforço global com várias partes interessadas, Davos Labs: Plano de Recuperação Juvenil, apresenta um lembrete gritante de nossa necessidade urgente de agir e percepções convincentes para criar um mundo mais resiliente, sustentável e inclusivo.

Um dos temas unificadores das discussões foi a falta de confiança dos jovens nos sistemas políticos, econômicos e sociais existentes. Eles estão fartos de preocupações com a corrupção e com a liderança política obsoleta, bem como com a constante ameaça à segurança física pela vigilância e pelo policiamento militarizado contra ativistas e pessoas de cor. Na verdade, mais jovens acreditam na governança pelo sistema de inteligência artificial do que por outro ser humano.

Enfrentando um mercado de trabalho frágil e um sistema de **seguridade social** quase falido, quase metade dos entrevistados disse que achava que tinha habilidades inadequadas para a força de trabalho atual e futura, e quase um quarto disse que correria o risco de se endividar, se enfrentasse uma despesa médica inesperada. O fato de que metade da população global permanece sem acesso à internet apresenta obstáculos adicionais. Ondas de "cancelamentos" e o estresse de encontrar trabalho ou retornar ao local de trabalho exacerbaram a crise existencial e a, muitas vezes silenciosa, saúde mental.

Então, o que os millennials e a geração Z fariam de forma diferente?

Imediatamente, eles estão pedindo à comunidade internacional para salvaguardar a equidade da vacina para responder à covid-19 e prevenir futuras crises de saúde.

Os jovens estão se unindo em torno de um imposto global sobre a riqueza para ajudar a financiar redes de segurança mais resistentes e administrar o aumento

alarmante da desigualdade de riqueza.

Eles estão pedindo para direcionar maiores investimentos para programas que ajudem jovens vozes progressistas a ingressar no governo e a se tornar formuladores de políticas.

Para limitar o aquecimento global, os jovens estão exigindo a suspensão da exploração, do desenvolvimento e do financiamento de carvão, petróleo e gás, bem como pedindo às empresas que substituam quaisquer diretores corporativos que não estejam dispostos a fazer a transição para fontes de energia mais limpas.

Eles estão defendendo uma internet aberta e um plano de acesso digital de US\$ 2 trilhões para colocar o mundo online e evitar o desligamento da internet, e estão apresentando novas maneiras de minimizar a disseminação de desinformação e combater as perigosas visões extremistas.

Ao mesmo tempo, eles estão falando sobre saúde mental e pedindo investimentos para prevenir e combater o estigma associado a ela.

Transparência, responsabilidade, confiança e foco no capitalismo das partes interessadas serão a chave para atender às ambições e às expectativas dessa geração. Devemos também confiar a eles o poder de assumir a liderança para criar mudanças significativas.

Sinto-me inspirado pelos inúmeros exemplos de jovens em ação coletiva, reunindo diversas vozes para cuidar de suas comunidades.

Desde a prestação de assistência humanitária aos refugiados até a ajuda aos mais afetados pela pandemia e a promoção da ação climática local, seus exemplos fornecem as pegadas de que precisamos para construir uma sociedade e uma economia mais resilientes, inclusivas e sustentáveis que o mundo pós-covid-19 requer.

Estamos vivendo juntos em uma aldeia global, e é apenas por meio do diálogo interativo, nós nos entendendo e nos respeitando, que podemos criar o clima necessário para um mundo pacífico e sustentável.

KLAUS SCHWAB, FUNDADOR E CHAIRMAN EXECUTIVO DO WORLD ECONOMIC FORUM

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Onyx: governo quer novas regras para home office e aplicativos

**GERAL DA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA**

No cargo há uma semana, o novo ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, afirma que o governo vai criar duas novas regras: uma para o trabalho remoto e outra para quem presta serviços para aplicativos, como Uber e Rappi. Em entrevista exclusiva ao GLOBO, ele defende a "minirreforma trabalhista" que o governo promove com a votação da medida provisória (MP) 1.045, que traz regras para a redução de salários e a suspensão do contrato de trabalho durante a pandemia.

Ao afirmar que sua prioridade é gerar empregos e oportunidades, Onyx repete o mantra de que não adianta ter muitos direitos e poucos empregos, ao defender os novos formatos de relação de trabalho preconizados por sua pasta e o governo. Mas ele afirma que vai propor duas novas regulamentações, para situações bem específicas: - O teletrabalho veio para ficar, mas até agora ou a pessoa estava presencial ou no teletrabalho. Essa não é mais a realidade, as pesquisas indicam que as pessoas querem um tipo de teletrabalho, mas não querem perder a conexão com o presencial, seria um sistema misto. As escolas já estão fazendo isso porque os alunos reclamam da falta de convivência -afirmou o ministro, falando sobre o home office.

criação do MED

Uma das grandes prioridades da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os profissionais que prestam serviço por aplicativo também serão alvo de um novo projeto.

Apesar de não dar detalhes, Onyx afirma que o projeto vai se inspirar no sistema do Microempreendedor Individual (MEI), que garante a autônomos algum tipo de proteção social. Neste regime diferenciado, destinado a quem fatura até R\$ 81 mil anuais, há auxílio-doença, pensão por morte e aposentadoria por idade, em troca de um recolhimento mensal de 5% sobre o salário mínimo.

- Não seria trazer essas pessoas para o MEL Estamos criando outro sistema, que tem o nome de MED (Microempreendedor Digital) - disse o ministro. -A origem dessas atividades é completamente

desregulamentada, por isso elas prosperaram. Temos que ajustar, mas é preciso que seja uma coisa construída com as plataformas que oportunizam essas atividades e com quem as exerce, para não achar que vai fazer um colibri e fazer um urubu.

Ao defender as novas regras propostas pela MP 1.045 - que, segundo alguns especialistas, precarizam as relações de trabalho -, Onyx afirma que reduzir o custo da contratação, cortando benefícios e coberturas, é um caminho para ampliar a oferta de vagas: -A gente espera chegar a um milhão de empregos entre 2021 e primeiro trimestre de 2022 -afirma, referindo-se aos novos programas para jovens e pessoas acima dos 55 anos. - Com o serviço social voluntário (bolsas de prefeituras e estados, sem vínculo empregatício, em troca de trabalho com rendimento de metade do salário mínimo), a gente acha que pode chegar entre 1,5 milhão e dois milhões de empregos.

FILA DO INSS

Na parte previdenciária, Onyx afirmou que pretende acabar com a fila do **INSS**, que hoje conta com 1,6 milhão de pessoas requerendo algum tipo de benefício. Para isso, o ministro quer fazer convênios com cartórios para resolver a análise de 200 mil pedidos de pensão por morte, além de convocar entre mil e 1.500 funcionários da Infraero, que estão dispersos pelo país, para ajudar nesse exame. Ele não explicou, porém, como fará juridicamente para chamar esses servidores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Goiás refinancia R\$ 3,61 bi em dívidas e adesão ao RRF avança

Wildes Barbosa

O governo de Goiás refinanciou R\$ 3,61 bilhões de dívidas não pagas com o governo federal, em contrato que abre caminho para o pedido oficial de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O valor foi informado pelo Ministério da Economia, que também disse que o contrato foi assinado na última sexta-feira (6), 46 dias depois do cronograma previsto pelo Estado.

O Estado planeja oficializar a solicitação de ingresso ao RRF ainda esta semana. Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, autorizou Goiás a aderir ao programa de socorro federal da União com benefícios de renegociação das dívidas não pagas desde 2019 (por liminares concedidas pelo ministro Gilmar Mendes) e suspensão por mais 18 meses. A decisão judicial exigia o contrato de refinanciamento dos valores não pagos antes da oficialização do pedido de adesão ao regime.

A assinatura, por parte do governador Ronaldo Caiado e do ministro Paulo Guedes, não teria sido divulgada por conta das férias da secretária estadual da Economia, Cristiane Schmidt. O governo prepara evento para o dia 23 para anúncio, com a participação de representantes de todos os poderes e órgãos autônomos, aos quais o governador pretende agradecer o apoio no processo de adesão.

A lei do RRF estabelece prazo de 30 dias para análise do governo federal sobre o pedido de adesão ao regime. Se houver resultado favorável, o Estado, com a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), deverá elaborar seu Plano de Recuperação Fiscal (PRF) e assinar os contratos que permitem as suspensões das dívidas a partir da vigência (por um ano, no caso).

O Estado terá 180 dias para apresentar o PRF, que é o conjunto de medidas a serem adotadas no prazo máximo de 9 anos para equilibrar as contas do Estado. Goiás pretende apresentar um plano de 6 anos e afirma que 85% dele está pronto, já que a gestão vinha tentando aderir ao programa desde 2019. A previsão do Estado é de iniciar o regime em janeiro de 2022.

De acordo com o Ministério da Economia, o valor não pago desde 2019 será quitado em 30 anos. A dívida seria de R\$ 4 bilhões, mas o Estado conseguiu negociar R\$ 400 milhões a menos por conta de alteração no indexador dos contratos da Lei 8.727/1993, de refinanciamento das dívidas dos Estados.

Os juros serão calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de 4% ao ano sobre o saldo devedor previamente atualizado. Já a atualização monetária será calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Demora

Depois da decisão do Supremo, o governador havia divulgado previsão de assinar o refinanciamento em 21 de junho e pedir adesão ao RRF naquele mesmo mês. O governo goiano diz não acreditar em entraves políticos no processo e atribui a demora a questões burocráticas e muitas demandas às duas gestões.

O Ministério da Economia disse ao POPULAR que houve "algumas dúvidas jurídicas que tiveram de ser solucionadas entre a Procuradoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional".

Apesar das condições favoráveis garantidas pelo Supremo, o Estado terá de cumprir uma série de condições durante a vigência do RRF. Haverá limitação da concessão de aumento ou vantagens a **servidores públicos**, criação ou reajuste de auxílios a membros dos Poderes e órgãos independentes, criação de cargos, alteração de carreiras com aumento de despesas e realização de concurso público; proibição a novos incentivos fiscais e despesas com publicidade (a não ser utilidade pública).

Com a flexibilização garantida pela nova lei do RRF, aprovada no fim do ano passado, a privatização da Saneago deixou de ser exigência e passa a ser aceita a venda de 49% das ações, que o governo planeja realizar. A venda de outras estatais entra no PRF.

Dívidas

Pela decisão do Supremo, Goiás poderá manter as dívidas suspensas este ano até o ingresso no regime e

pelo primeiro ano de vigência do programa, ou seja, por pelo menos mais 18 meses. Isso deve representar acúmulo de R\$ 3 bilhões de dívidas que também poderão ser pagas em 30 anos.

Além disso, o Estado deve pleitear R\$ 3 bilhões em empréstimos para a quitação de financiamentos feitos em 2013 e 2015 em dólar, no programa BB Estruturante. Goiás não tem atualmente autorização para contratar empréstimos com aval da União por conta da situação financeira e a nota C em Capacidade de Pagamento, segundo avaliação do Tesouro Nacional.

Com o ingresso no RRF, o Estado passa a ter autorização para tomar empréstimo nos três primeiros anos, com finalidades específicas, entre elas a de reestruturar dívidas ou pagamento de passivos. Com as renegociações ao total de R\$ 9,6 bilhões, Goiás reduz o serviço da dívida, valor referente a juros e amortizações pago mensalmente. Atualmente, são pagos cerca de R\$ 2,5 bilhões anuais (sem considerar a suspensão autorizada pelo Supremo) e a previsão do PRF é que caia a R\$ 2 bilhões em 2027.

A lei do RRF estabelece que a partir do segundo ano de vigência do regime, os pagamentos das dívidas aumentam em 10 pontos percentuais até que as prestações voltem a ser pagas normalmente.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/12-agosto-2021/1o-caderno>

O protagonista será o Senado - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

Enquanto o deputado Arthur Lira (PP-AL) se prepara para atender aos seus eleitores, ou seja, os deputados - e, de quebra, mostrar ao governo que apoia o presidente Jair Bolsonaro -, o Senado está no aquecimento de que nem tudo será aprovado do jeito que o Planalto deseja - nem o voto impresso, nem as reformas, especialmente a tributária. O compromisso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em retomar a discussão da reforma tributária em curso na Casa, será acoplar qualquer projeto que seja votado na Câmara ao que já está em discussão no Senado, que tem como relator o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Assim, por mais que Lira consiga aprovar a proposta do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) sobre as mudanças no Imposto de Renda, alvo de críticas de todo o sistema produtivo, quem conduzirá de fato essa reforma serão os senadores, dentro da proposta

ampla. E se a tributária for aprovada com apoio expressivo, ficará muito ruim o presidente da Câmara simplesmente desprezar uma proposta que terá o aval de quem gera emprego e renda. Pelo menos, é assim que os senadores fazem os cálculos políticos em torno dessa reforma.

Vale lembrar que, em relação ao voto impresso, ainda que o governo continue pesando a mão em defesa da proposta - segundo o leitor pode conferir no Blog da Denise -, a ideia é não mexer nessa seara, conforme disse, com todas as letras, o presidente do Senado.

E o impeachment, hein?

A avaliação dos políticos é a de que o resultado do voto impresso deixou claro que Bolsonaro tem, hoje, os votos para segurar qualquer processo de impeachment ou autorização para ser processado. Mas os deputados aliados de Lira avisam que é bom o presidente da República não provocar demais o da Câmara. Afinal, Bolsonaro assumiu o compromisso de respeitar o resultado do plenário sobre o voto impresso. E se tem algo que Lira abomina é o descumprimento da palavra empenhada.

Sutis diferenças

A frase do vice-presidente Hamilton Mourão sobre o voto impresso ser assunto encerrado "porque a Câmara decidiu", era justamente o que Lira esperava ouvir de Bolsonaro. O presidente, porém, preferiu dizer que os 218 contrários à proposta foram "chantageados". Atacou, inclusive, alguns aliados.

Corra, antes que voltem

A correria da Câmara para decidir as propostas polêmicas é justamente para aproveitar esse período de sessões virtuais, onde a maioria dos 513 deputados permanece em seus estados. Assim, as discussões estão menos acaloradas. A partir de outubro, quando todos devem ter tomado as duas doses da vacina, avaliam alguns que essa situação deve mudar.

E o social ficou opaco

O programa do Auxílio Brasil, que Bolsonaro levou ao Congresso esta semana, como a aposta de seu governo para os mais pobres no pós-pandemia,

termina a semana no fundo do palco. Diante desse fato, o presidente foi aconselhado a deixar as tensões com os Poderes e o tal voto impresso de lado e centrar o discurso nessa agenda mais positiva. Bolsonaro, porém, não acolheu a sugestão.

CURTIDAS

2022 em movimento/ Os presidentes do DEM, ACM Neto, e do PSL, Luciano Bivar (PE), jantaram juntos esta semana. Conversas sobre o futuro. Aliados de ambos juram, porém, que a fusão dos partidos não está no script.

Que termine o mandato/ Se depender do PSDB, não haverá qualquer incentivo ao impeachment de Bolsonaro. "Torcemos para que o presidente possa terminar o mandato. Temos que acabar com essa história de o Brasil se notabilizar como o país do impeachment. Precisamos de estabilidade na política", afirma o deputado Paulo Abi-Ackel (MG), no programa Frente a Frente, da Rede Vida.

Por falar em PSDB.../ O governador de São Paulo, João Doria, fez um apelo público, no CB.Poder, para que o ex-governador Geraldo Alckmin seja candidato ao Senado ou concorra à prévia no PSDB para disputar o governo estadual. O convite, porém, veio tarde. Alckmin já está com um dos pés no PSD de Gilberto Kassab.

O recado da bancada feminina/ Coordenadora da bancada feminina, a deputada Celina Leão (PP-DF, foto) foi incisiva em busca de vagas para as mulheres dentro da **reforma política** em discussão. Ocorre que os homens, maioria na Casa, não querem mais reserva de vagas para as mulheres.

CNI, estados e auditores entregam ao Senado manifesto por reforma tributária ampla



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que recebeu manifesto por reforma tributária Marcos Oliveira/Agência Senado

Fábio Pupo e Washington Luiz Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, recebeu de diferentes entidades nesta quarta-feira (n) um manifesto que defende uma **reforma tributária** ampla sobre bens e serviços no país. Entre os signatários, estão a CNI (Confederação Nacional da Indústria), os secretários estaduais de Fazenda e associações de auditores.

A Folha noticiou a preparação do manifesto no Painel S.A., no fim de julho.

A visita ocorreu na mesma tarde em que a Câmara se preparava para votar o projeto de lei que altera o Imposto de Renda, parte da reforma fatiada planejada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e que, no fim da tarde, não tinha mais perspectiva de ser apreciada pelos deputados.

Guedes diz não ser contra uma reforma ampla que englobe estados e municípios, como querem as entidades, mas tem se posicionado de forma contrária às discussões neste momento. Isso porque elas acabam tendo como resultado a proposta de criação de um fundo multibilionário bancado pela União para compensar governadores e prefeitos por eventuais perdas com as mudanças.

Além disso, ele tem dito que a alíquota a ser aplicada pelo imposto resultante das fusões de **impostos** seria muito alta, o que prejudicaria principalmente comércio e serviços.

"É muito fácil dizer que tem uma reforma ampla, mas, quando você vai olhar, não tem nada embaixo. É um

painel cheio de botão, mas você a aperta e não tem nenhum fio embaixo. É blá-blá-blá", afirmou o ministro em evento há cerca de três semanas.

Por isso, Guedes prefere que a discussão seja iniciada com o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso em 2020 e que une apenas os **tributos** federais PIS e Cofins na sugerida CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

Com a ajuda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Guedes conseguiu barrar na Casa o avanço das discussões sobre uma reforma ampla e abriu caminho para sua reforma fatiada. Mas a proposta ainda pode caminhar no Senado, por meio das discussões em torno da PEC (proposta de emenda à Constituição) 110.

A PEC 110 extingue nove **tributos** (IPI, IOF, PIS, Papep, Cofins, Salário-Educação, Ci-de-Combustíveis; além do estadual ICMS e do municipal ISS) e cria dois no lugar (Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, o IBS; e um Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos, como cigarro e bebidas).

Pacheco diz que a proposta vai caminhar mesmo com as discussões paralelas da Casa vizinha e passará por avaliação do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), um dos autores da PEC 110 e presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

"Sem prejuízo dos projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, temos esse compromisso de avaliação e evolução da PEC 110 no Senado", disse Pacheco.

"Ainda hoje [quarta], o senador Roberto Rocha [PSDB-MA] requererá no plenário a realização de mais um ciclo de debates sobre essa matéria, que será submetido à CCJ", disse.

Além da CNI, assinam o manifesto entregue a Pacheco o Comsefaz (comitê secretários estaduais de Fazenda), o Sindifisco Nacional, a Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais), a Fenafim (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de **Tributos** Municipais), o CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), o Destrava Brasil, o movimento Pra Ser Justo e o CLP (Centro de Liderança Pública).

No documento, as entidades pedem uma reforma completa dos **impostos** sobre o consumo de bens e serviços, que alcance **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). "Uma reforma que torne o país mais justo e favoreça os investimentos e o crescimento econômico", afirmam em nota.

"Admitimos a implementação em ritmos diferentes dos **tributos** que venham a ser criados, tendo como objetivo chegarmos, no futuro, a uma unificação completa. É insuficiente uma mudança focada apenas nos **tributos** federais -que não apenas será um desperdício do consenso político construído nos últimos anos, como pode até mesmo dificultar uma reforma mais ampla no futuro) dizem as entidades.

Procuradas, as entidades afirmam ainda que o movimento decidiu não expressar no manifesto uma opinião sobre as mudanças trazidas pelo projeto de lei que altera o Imposto de Renda. Isso porque não há um posicionamento comum entre as diversas signatárias a respeito das medidas em discussão na Câmara.

Bolsonaro reduz pela terceira vez **impostos** sobre videogames

O presidente reduziu pela terceira vez a cobrança de IPI sobre jogos eletrônicos e acessórios. Com a medida, as alíquotas incidentes sobre consoles e máquinas de vídeo caem de 30% para 20%. A redução será de 22% para 12% para partes e acessórios dos consoles e das máquinas de jogos de vídeo cujas imagens são reproduzidas numa tela. Já a cobrança de IPI sobre jogos de vídeo com tela incorporada, portáteis ou não, e suas partes, passa de 6% para 0%. No início do governo, essas alíquotas eram, respectivamente, de 50%, 40% e 20%. Segundo a Secretária-Geral da Presidência, a mudança trará redução de arrecadação estimada em R\$ 82,9 milhões no ano de 2021.

A reforma do IR

PARA PESSOAS FÍSICAS

Isenção para a baixa renda Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês

Proposta do governo

Teto sobe para R\$ 2.500,00 por mês

Substitutivo do relator

Não altera

Tabela do Imposto de Renda

Como é Desatualizada desde 2015

Proposta do governo

Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais

Substitutivo do relator Não altera

Desconto simplificado

Como é

Na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%

Proposta do governo

Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto

Substitutivo do relator

Não altera

Dividendos

Como é

São isentos

Proposta do governo

Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Substitutivo do relator

Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas. Além disso, expande a isenção em outros casos - como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra), além de flexibilizações para fundos de investimento

PARA PESSOAS JURÍDICAS

Redução de e a alíquota

Como é Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil Proposta do governo: Corte da alíquota-base de

15% em 5 pontos percentuais gradualmente, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023

Substitutivo do relator

Corte da alíquota-base de 15% em 9,5 pontos percentuais gradualmente, para 6,5% em 2022 e 5,5% em 2023. Corte da CSLL em 1,5 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 7,5%)

PARA INVESTIMENTOS

JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Como é

Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP. Ele pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater **impostos**)

Proposta do governo

Fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL

Substitutivo do relator

Acaba não só com a dedutibilidade, como também com o JCP em si

Fundos imobiliários

Como é

Hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022

Proposta do governo

Fim da isenção e cobrança de 15% Substitutivo do relator Mantém a isenção existente hoje

Come-cotas em fundos abertos e fechados

Como é Os fundos abertos pagam imposto (o chamado come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos

Proposta do governo

Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher apenas em novembro. Já os fechados passam a ter a obrigação de recolher em novembro, assim como os abertos

Substitutivo do relator

segue o projeto do governo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49635>

"Reforma desonera classe média em ano eleitoral"



Sem estratégia. Projeto propõe rever benefícios que o outro projeto diz que vai acabar, diz Orair

Adriana Fernandes

O economista Rodrigo Orair, especialista em tributação, diz que a reforma do Imposto de Renda tem um objetivo claro: desoneração para garantir a reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Ele critica a forma atabalhoada como o texto é analisado pela Câmara, mas diz que a proposta deve ser aprovada porque muita gente ganha.

Leia trechos da entrevista.

- O projeto do IR passa por um debate marcado por resistências.

Elas se devem a quê?

O tempo foi muito curto. Uma vez que mandou o projeto de lei para o Congresso, automaticamente o relator afirmou que mudaria muita coisa. E nessas mudanças ele apresentou, pelo menos, três versões. Ficou uma coisa muito confusa. Hoje (ontem), de fato, ele inseriu o parecer no sistema da Câmara, que tramita em regime de urgência.

E há um grande risco de ir ao plenário.

- Qual a consequência do fatiamento da discussão da **reforma tributária**?

Tinha a história da reforma por fases. Começava pelo CBS e depois vinha o Imposto do Renda, o IPI e, em paralelo, o Senado trabalharia com um IVA subnacional (um imposto único) e um grande Refis. Essas seriam as supostas etapas.

Só que atropelou. Primeiro mandou o PIS/Cofins e

ficou parado sem mobilização e agora pega o Imposto de Renda que está assumindo a fronteira da votação. E mais do que isso: o relator ampliou muito a desoneração e, para compensar em parte isso, ele propõe rever benefícios do PIS/Cofins. Ora se vai rever benefício do PIS/Cofins é que ele vai continuar existindo, não é? Mas o outro projeto diz que o PIS/Cofins vai acabar para criar a CBS. Ficou inconsistente. Tem um projeto que propõe rever benefícios que o outro projeto diz que vai acabar. Embolou tudo.

Não tem uma estratégia.

- Apesar das resistências, a percepção é que o projeto será aprovado.

Qual o risco?

O projeto enviado e o parecer são duas coisas diferentes e mudaram ao longo do tempo.

Uma coisa se manteve. O objetivo principal do projeto é uma desoneração da classe média por meio do reajuste da tabela progressiva do IRPF no ano eleitoral. Esse é o objetivo político.

Em ano de eleições, o governo vai dar uma desoneração superior a R\$ 20 bilhões para a classe média gastar. Eu tenho discordância nessa primeira parte. Para compensar isso, o segundo eixo central é a tributação de lucros e dividendos.

Hoje, esse modelo é disfuncional e está na contramão do mundo. Tributa com alíquota alta a empresa e isenta os dividendos.

Só que originalmente o projeto era neutro do ponto de vista arrecadatório e ampliou muito a desoneração da empresa. Eles transformaram o projeto numa dupla desoneração para a classe média e depois na renda do capital. É desoneração para eleição.

- Mesmo com toda essa resistência, por que os deputados vão votar e aprovar o projeto como tudo indica?

O projeto está desonerando.

Está desonerando a classe média e renda do capital.

Esse projeto agora está associado à perda arrecadatória. Tem muita gente ganhando.

- Quem perde mais?

Para um prestador de serviço, o parecer piora (aumenta a carga) quando ele tem remuneração acima de R\$ 300 mil por ano. É por isso que alguns chamam muito. Muitos advogados perdem e muitos economistas de consultoria. Esse pessoal tem muita influência. Nas grandes empresas vai depender, se ganha ou se perde, do uso que elas fazem de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Embora o projeto promova uma desoneração no agregado, ela é desigual. Grandes empresas tendem a perder mais e alguns grupos específicos também. E eles fazem muito barulho.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Confusões de uma agenda eleitoreira - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO Com Álvaro Gribel (de São Paulo)

A reforma do Imposto de Renda teve três versões em 30 dias e nenhuma delas passou por comissões ou foi debatida antes de ser pautada para plenário. Só não foi votada ontem porque foi atropelada pelo projeto da reforma eleitoral. A PEC dos precatórios é uma pedalada, cria uma contabilidade paralela fora do Orçamento e muda a regra de ouro. O Bolsa Família pode virar um programa no qual vários outros são pendurados, perder o foco e parte do mérito que o tomou um programa simples e eficiente. A reforma do IR, a PEC dos precatórios e a mudança do Bolsa Família têm algumas coisas em comum: foram mal formulados, fazem parte de uma agenda hiperativa que traz mais distorção do que solução.

Está sendo difícil acompanhar as mudanças frequentes em projetos que tramitam de afogadilho na Câmara, sob a gestão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ontem, o último texto da reforma do Imposto de Renda foi apresentado de madrugada pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA) para ser votado em menos de 24 horas sob regime de urgência, dispensando os debates em cinco comissões. E uma das novidades foi a redução da Contribuição Social sobre Lucro Líquido para compensar a queda menor do IRPJ. Ao fim, a votação foi adiada, atropelada por outro projeto, também sem pé nem cabeça, das regras eleitorais do país.

A proposta de Paulo Guedes foi extemporânea e tão mal feita que o ministro ao divulgar já admitiu mudar tudo. Para o trabalho de consertar o projeto foi escalado o deputado Celso Sabino. Só que ele vive tutelado pelo ministro e improvisa a cada momento que chega uma reclamação. A pressa em colocar na mesa esse projeto era para corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, em tempo de ser usado como bandeira eleitoral do presidente Jair Bolsonaro em 2022. Como a medida abre um buraco no Orçamento, os lucros e dividendos das empresas passaram a ser tributados em 20%. E para atenuar o aumento de carga sobre as empresas, cortou-se alíquotas de IRPJ. Só que isso tira dinheiro dos estados e municípios. O IRPJ financia os fundos de participação dos estados e municípios. A queda do imposto produz perdas bilionárias para os fundos, que são importante para reduzir as desigualdades regionais.

O que chama atenção nesse assunto é que o país passou três anos discutindo uma **reforma tributária** ampla dos **impostos** indiretos, com dois grandes projetos em tramitação nas duas Casas. O governo ignorou o esforço, prometeu mandar uma reforma em quatro fases. Até agora, enviou ta a carga, e esse PL do Imposto de Renda. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, avisou que vai retomar a tramitação do projeto que está no Senado, a PEC 110, que unifica **impostos** indiretos. Avisou que essa é a agenda que o setor produtivo quer.

A PEC dos precatórios provoca dois abalos na credibilidade fiscal do país. Dá uma pedalada nas despesas do governo -ou seja, posterga dívidas para financiar outro gasto - e cria um orçamento paralelo, com passivos não contabilizados nas principais estatísticas da dívida pública. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), se a PEC estivesse em vigor desde 2016 o governo teria tirado R\$ 91 bilhões de gastos no Orçamento. Esse valor de precatórios teria sido parcelado ou pago por fora do teto de gastos. Toda essa confusão está sendo feita por motivos eleitoreiros. O governo quer mais dinheiro para gastar e reformular o Bolsa Família.

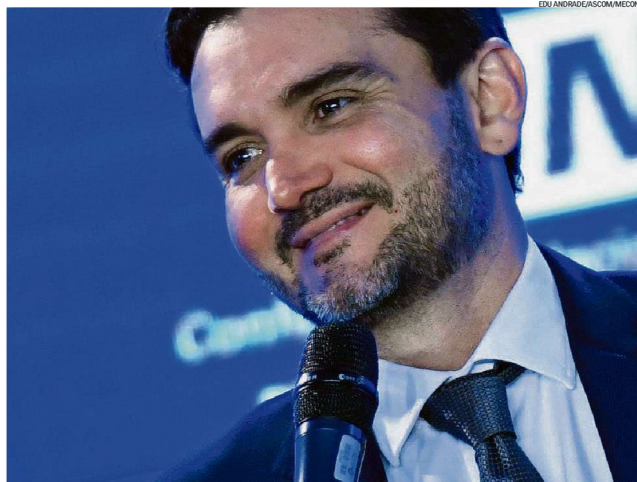
As pedaladas fiscais foram a razão alegada para o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Desta vez, a equipe econômica diz que se trata de uma "modernização" da regra dos precatórios e que tudo será feito pelo Congresso. Será uma pedalada institucionalizada, como definiu o próprio TCU. Um dos grandes avanços fiscais do país foi unificar os orçamentos -o Brasil tinha três -e retirar os esqueletos do armário. O risco agora é de retrocesso.

Uma das virtudes do Bolsa Família era ter foco e ser simples. O governo, para se apropriar do programa que criticava, vai pendurar sete outros programas nele apenas para mudar de nome. Um deles é o voucher-creche, que já foi derrubado pelo Congresso. O Bolsa Família transformado em Auxílio Brasil pode perder foco e eficiência.

O Ministério da Economia está fazendo toda essa confusão, quebrando regras fiscais, para seguir a agenda política de reeleição de Bolsonaro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relator muda parecer, mas resistências à reforma permanecem



Sabino: relator mudou mais uma vez o parecer, cedendo a Estados e municípios e diminuindo o alívio para empresários

Fabio Graner e Raphael Di Cunto

O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) apresentou novo relatório da reforma do imposto de renda com importantes alterações, principalmente para tentar atender governadores e prefeitos. As mudanças, porém, não removeram as resistências de Estados e municípios e aumentaram a animosidade de empresários, fortemente contrários ao projeto. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), estava sendo pressionado a adiar a votação.

De acordo com o novo relatório, a alíquota básica do IRPJ vai cair dos atuais 15% para 6,5% em 2022. Uma redução adicional de 1 ponto porcentual está prevista para o ano seguinte, levando-a a 5,5% em 2023. Antes, Sabino previa uma queda maior: eram 10 pontos no primeiro ano e mais 2,5 em 2023.

O relator concordou ainda em trocar parte da queda do IRPJ, que é dividida com Estados e municípios, por um corte na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), cuja arrecadação é só da União, em "até 1,5 ponto porcentual" (de 9% para 7,5%), vinculado ao fim de algumas renúncias tributárias.

Assim, o projeto ficou menos agressivo em termos de redução de carga tributária. A alíquota da tributação sobre o lucro das empresas, que iria a 21,5%, agora cairá a 23% no segundo ano.

As estimativas de custos fiscais das medidas não foram oficialmente divulgadas. Mas o Valor apurou que as novas sugestões de alíquota para IRPJ reduzem o

impacto em 2022 de R\$ 74,1 bilhões para R\$ 63 bilhões e de R\$ 98,1 bilhões para R\$ 86 bilhões em 2023, segundo cálculos preliminares. Já a redução da CSLL tinha custo estimado de R\$ 15 bilhões em 2022 e R\$ 16 bilhões em 2023.

Parte do custo dessas desonerações na tributação do lucro das empresas será compensada com a taxação de dividendos em 20%, principal medida que o governo quer implantar com o projeto enviado em junho, e o fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Essa compensação, contudo, ficou menor porque agora Sabino prevê isenção total de dividendos para empresas do Simples, além de manter o limite de isenção de R\$ 20 mil para as demais empresas de menor porte. Antes dessas alterações, o ganho de arrecadação era calculado em R\$ 18,7 bilhões em 2022 e R\$ 56,6 bilhões em 2023.

Com a possibilidade de votação ontem e a apresentação do novo relatório, o dia no Congresso foi marcado por reuniões. Sabino defendeu sua proposta em almoço com empresários e parlamentares e disse que o Brasil sairá de uma taxação sobre o lucro das empresas de 34%, equivalente apenas a de Malta (35%), para um modelo igual a dos Estados Unidos, com 23% cobrado na pessoa jurídica e 20% na pessoa física.

"Estamos chegando a consenso na Câmara para taxar o lucro das empresas em 23%. Essa redução vai beneficiar todas as empresas do lucro presumido, do lucro arbitrado e do lucro real", disse.

Mas os empresários não se mostraram satisfeitos após o encontro. Em outra reunião, os Estados e municípios informaram ao relator que, embora tenha havido melhora, ainda há prejuízo significativo para eles, da ordem de R\$ 16,5 bilhões- na primeira versão as estimativas chegavam a R\$ 27 bilhões de perdas. Sabino, porém, indicou que não iria mais mexer e que novas alterações deveriam ser tentadas por destaques (emendas).

Os Estados estão sugerindo mudar a queda do IRPJ da alíquota básica para a alíquota adicional. A proposta levada a Sabino era reduzir de 10% para 0,5% (o que reduziria o custo da desoneração em cerca de R\$ 11 bilhões), voltando a base para o original de 15%. Uma versão mais recente para tentar

acordo propunha extinguir o IRPJ adicional e ainda reduzir a CSLL em 2 pontos. Os governos também querem a incidência de IR sobre dividendos em rendimentos superiores a R\$ 240 mil por ano nas empresas de menor porte, inclusive do Simples.

Secretário de Fazenda de Pernambuco e coordenador do grupo de **reforma tributária** do Comsefaz, Décio Padilha destacou ao Valor que, além das perdas geradas do IRPJ, é preciso levar em conta que os Estados perderão receitas importantes com a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, não só pela redução que essa e a queda do IRPJ provocam, mas também porque o IR retido dos servidores ficam diretamente com os Estados. "Essa perda é ainda maior nos Estados grandes".

Enquanto a Câmara estava discutindo a reforma do IR, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendia uma **reforma tributária** "ampla". "Nós temos esse compromisso de uma avaliação e da evolução da PEC 110 no Senado", afirmou, após receber um grupo heterogêneo de entidades que inclui CNI, Comsefaz, CCIF e entidades de auditores fiscais, como Sindifisco e Febrafite, entre outros. Eles entregaram ao presidente da Casa um manifesto em defesa de uma **reforma tributária** ampla, nos termos da PEC 110 do Senado.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977?page=1§ion=1

Reforma Polêmica

Veja alguns dos principais pontos da nova versão da reforma do IR

- Redução da alíquota básica do IRPJ de **15%** para **6,5%** em 2022 e para **5,5%** em 2023
- Redução da CSLL de **9%** para **7,5%**
- Mantida taxaço dos dividendos em **20%**, com isenço para empresas do Simples e distribuio de até **R\$ 20 mil** por mês nas demais empresas de menor porte
- Extinço do mecanismo de Juros sobre Capital Próprio
- Recursos de compensaçoes financeiras do setor mineral (CFEM) e de recursos hídricos (CFURH) terão maiores repasses a Estados e Municípios
- Amplia para **24 meses** parcelamento de taxaço sobre estoque de fundos exclusivos
- Dividendos decorrentes de incorporaço imobiliária serão isentos de IR
- Dividendos pagos a fundos de investimento e fundos de açoes de curto prazo (menor que 365 dias) terão taxaço de **5,88%** na fonte e **20%** no resgate
- Mantidas as correçoes de **31,3%** na faixa de isenço e de pouco mais de **13%** nas demais faixas do IRPF
- Mantida limitaço de uso da declaraço simplificada do IRPF em **R\$ 40 mil** ao ano
- Inclusão de representante da OAB em comitê que edita súmulas tributárias, composto por Receita, Carf e PGFN
- Ampliaço da regra de desempate nas decisões do Carf
- Aumenta limite de deduço de empresas do lucro real com doaçoes e patrocínios

Fonte: Relatório apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA)

Cúpula pela democracia



» RODRIGO CRAVEIRO

A advertência, feita por Joe Biden durante discurso na Conferência de Segurança de Munique (Alemanha), em 19 de fevereiro passado, expôs uma das prioridades da Casa Branca. "A democracia não acontece por acidente. Nós temos de lutar por ela, fortalecê-la, renová-la", disse o presidente norte-americano. Ontem, Biden anunciou que os Estados Unidos realizarão uma Cúpula pela Democracia, em formato virtual. Entre 9 e 10 de dezembro, chefes de Estado e de governo firmarão compromissos e iniciativas na defesa contra o autoritarismo, no combate à corrupção e na promoção do respeito aos direitos humanos.

Não foram divulgados detalhes do encontro a distância, como a agenda ou os líderes participantes. Além dos governantes, serão convidados a sociedade civil, entidades filantrópicas e representantes do setor privado. A cúpula é vista como uma alternativa ao G20 - as 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia - e como uma espécie de recado à China, acusada de abusos contra os uigures (minoria étnica muçulmana na província de Xinjiang) e de reprimir os anseios pela independência em Hong Kong, antiga colônia britânica. Biden tem se esforçado para

consolidar o papel dos Estados Unidos como "líder do mundo livre" e recuperar o multilateralismo, menosprezado durante o governo do republicano Donald Trump. Nesse sentido, a cúpula visa reposicionar a diplomacia norte-americana.

Por meio de um **comunicado**, a Casa Branca explicou que, para Biden, o desafio dos tempos atuais é demonstrar a capacidade das democracias de aprimorarem a vida de seus cidadãos e de atenderem aos principais problemas do planeta. "Nos seis primeiros meses de governo, o presidente revigorou a democracia, internamente, ao vacinar 70% da população, ao aprovar o Plano de Resgate Americano e ao avançar a legislação bipartidária para investir em infraestrutura e competitividade", afirma a nota. "Ele (Biden) reconstruiu nossas alianças com parceiros e aliados democráticos, reunindo o mundo para se levantar contra abusos dos direitos humanos, enfrentar a crise climática e combater a pandemia, inclusive com a doação de centenas de milhões de doses para outros países." Dois meses atrás, em seu tour pela Europa, Biden propôs às democracias ocidentais do G7 - as sete nações mais ricas do mundo - a adoção de um plano de infraestruturas para fazer frente a Iniciativa Cintura e Rota da Seda da China. Ele também presidiu uma cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para discutir a influência chinesa de forma mais explícita do que nunca, segundo a agência de notícias France-Press.

Reafirmação

Em entrevista ao Correio, James Naylor Green - historiador político da Universidade Brown (Rhode Island) e discípulo do falecido brasilianista Thomas Skidmore - explicou que Biden quer reafirmar o papel internacional dos Estados Unidos a partir da derrota de Trump. "O ex-presidente republicano recuou bastante nas entidades internacionais onde os EUA sempre tinham muito poder e influência. Vejo dois significados nesta cúpula: um é reafirmar a hegemonia internacional norte-americana contra a China e a Rússia; outro é a adoção de um discurso mais democrático, atendendo a uma pressão da base do Partido Democrata e de setores do Congresso", afirmou. "De um lado, Biden envia a CIA (Agência Central de Inteligência) ao Brasil para falar sobre a tecnologia 5G; por outro lado, mandará representantes dizendo que não aceitam um golpe militar no Brasil", exemplificou. De acordo com ele, isso expõe uma contradição típica do Partido Democrata.

Ao ser questionado sobre como Biden enfrentará regimes autoritários, Green admitiu que sanções financeiras não funcionarão. "Ele e seus aliados precisarão exercer uma pressão internacional sobre esses regimes, isolando-os e expondo os abusos cometidos. Também terão que apoiar forças democráticas", comentou o estudioso norte-americano.

Justiça impõe nova derrota a Donald Trump

Um juiz federal de Washington decidiu que os democratas da Câmara dos Representantes podem consultar algumas das declarações de imposto de renda do ex-presidente Donald Trump, por meio de intimação de sua firma de contabilidade Mazars USA. Segundo a emissora CNN, a decisão representa uma derrota retumbante para o magnata republicano, que tentava esconder informações financeiras. Trump, o seu conglomerado Organizações Trump e Allan Weisselberg - um dos principais assessores do ex-presidente - foram indiciados por fraude criminosa de **impostos** no estado de Nova York.

» Pauta diversa

Data

A primeira edição do encontro ocorrerá em 9 e 10 de dezembro.

Formato

Em razão da pandemia da covid-19, a cúpula será virtual. Dentro de um ano, a segunda edição será presencial, em data a ser marcada.

Participantes

Chefes de Estado e de governo, além de representantes da sociedade civil e do mundo econômico "de um diverso grupo de nações democráticas".

Foco principal

A cúpula se centrará em desafios e oportunidades enfrentadas pelas democracias. Também fornecerá uma plataforma para os líderes fazerem compromissos individuais e coletivos na defesa da democracia e dos direitos humanos em seus países e no exterior.

Os temas-chave» Defesa contra o autoritarismo;» Abordagem e luta contra a corrupção;» Avanço no respeito aos direitos humanos.

Petrobras reajusta gasolina em 3,3%, na 2ª elevação sob comando de general

Nicola Pamplona rio de janeiro

A Petrobras subirá o preço da gasolina em 3,3% a partir desta quinta-feira (12). É o segundo aumento consecutivo, após o corte realizado em junho. O preço do diesel não terá elevação.

Segundo a estatal, o reajuste médio é de R\$ 0,09 por litro, elevando o preço nas refinarias a R\$ 2,78 por litro. Até chegar ao posto, o valor sobe com **impostos** e margens de distribuidores e postos.

Em nota divulgada nesta quarta (11), a empresa destacou sua contribuição para o preço médio final da gasolina, que passará a ser de R\$2,03 por litro, já que o produto vendido nos postos recebe 27% de etanol anidro.

O reajuste é anunciado mais de um mês após o anterior, reforçando a percepção de que a Petrobras reduziu a frequência de aumentos após a posse do general Joaquim Silva e Luna no comando da companhia.

Nos comunicados de reajustes, a Petrobras diz que busca equilíbrio com o mercado internacional, mas que "busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais".

Silva e Luna foi escalado pelo presidente Jair Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco, primeiro presidente da estatal em seu governo, sob fortes pressões contra a escalada nos preços dos combustíveis do início do ano.

Rara a Ativa Investimentos, o reajuste ainda não é capaz de eliminar a defasagem em relação ao preço internacional da gasolina. Por suas contas, ainda há espaço para aumento de 13% na refinaria.

"O acréscimo feito pela Petrobras segue em linha com nossas estimativas, pois sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feitas de forma fracionada", ponderou a Ativa, em nota divulgada após o anúncio do aumento.

A entidade lembra que o aumento pressionará ainda mais a **inflação** a partir da terceira semana de agosto, com impacto integral no indicador de setembro.

A **inflação** dos combustíveis, que atingiram valores recordes em 2021, tem impactado a popularidade do presidente, que já cortou **impostos** federais sobre diesel e gás de cozinha, mas sem resultados no preço final dos produtos.

Nesta quarta (11), em mais uma ação, Bolsonaro assinou MP que libera a venda de combustíveis de outras marcas e a venda de etanol diretamente das usinas para os postos, mudanças que encontram resistência entre as maiores distribuidoras de combustíveis do país.

Na cerimônia de assinatura, voltou a defender que a escalada nos preços não é responsabilidade do governo federal e a culpar governadores pela diferença entre os preços de refinaria e os valores praticados nas bombas.

"O governo estadual cobra ICMS também na margem de lucro, no transporte, cobra no PIS/Cofins e cobra também no ICMS", afirmou. "Não compensa reduzir o preço na refinaria. Quando abaixa cinco centavos, na ponta da linha continua sendo o mesmo preço." Com a venda de combustíveis a preços historicamente elevados, a Petrobras registrou lucro de R\$ 42,8 bilhões no segundo trimestre e decidiu antecipar a distribuição de R\$ 31,6 bilhões em dividendos a seus acionistas. Maior sócio, a União ficará com R\$ 9 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

35

Governo e Lira querem aprovar texto que ninguém conhece

Fernando Torres

O governo do presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), estão cometendo uma grande irresponsabilidade na condução do projeto de reforma do Imposto de Renda.

Não faz sentido que se vote um tema tão complexo e de tamanha relevância para o país, que afetará 100% dos contribuintes brasileiros, sem o mínimo de transparência, discussão e reflexão sobre os impactos de primeira, segunda e terceira ordens das mudanças.

Já seria pouco tempo para análise se a proposta do Ministério da Economia, apresentada no dia 25 de junho, fosse colocada para votação nesta semana sem nenhuma alteração.

Mas é pior. Como o texto inicial foi largamente rechaçado, ele precisou passar por grandes alterações - o que não significa que tenha melhorado.

Aliás, é difícil até para os especialistas opinarem, dado que ninguém conhece profundamente o texto final, que foi gestado em reuniões a portas fechadas que entraram pela madrugada.

A quem interessa essa pressa?

Além de afetar seu potencial de crescimento econômico, o sistema de **impostos** de um país é um dos pilares da democracia. Afinal, quando o Estado "impõe" a cobrança de valores sobre seus cidadãos ou empresas, é preciso que haja um mínimo de concordância sobre quanto, como e de quem será cobrado, e sobre como o bolo será distribuído entre as esferas de governo (sem falar em como ele será gasto posteriormente).

Como se colocar em votação um projeto sem saber como todas essas variáveis serão afetadas?

O governo reconheceu que a proposta inicial aumentava o "quanto". Para recapitular, no principal ponto do projeto, em vez de se cobrar 34% sobre o lucro das grandes empresas em uma única fase, o governo passaria a cobrar 29% na pessoa jurídica e mais 20% do lucro distribuído ao acionista na ponta.

Fazendo as contas, a carga total oscilaria de 43,2% a

32,6% num cenário de distribuição de 100% e 25% do lucro, respectivamente. Na

proposta que se falava até anteontem, que gerou temor pela renúncia fiscal elevada, a tributação da pessoa jurídica cairia para 21,5%, com o intervalo da carga total sobre o lucro caindo para 37,2% e 25,4% nos dois cenários. Na proposta da madrugada, agora a carga sobre a empresa cairia para 23% na melhor das hipóteses, e o peso total ficaria entre 38,4% e 26,9%.

Se essa medida está bem calibrada e vai manter a carga total, conforme prometido pelo governo? Ninguém sabe. Nem o melhor dos economistas consegue, em tão pouco tempo, estimar ou confrontar os dados de ganho e perda de arrecadação que o governo (nem sempre) apresenta.

Assumindo que a neutralidade esteja garantida, ainda há a questão da repartição do bolo (dado que Estados e municípios alegam que estão sendo prejudicados) e do "quem" deve pagar e "como".

A piora do "como" está assegurada pelo texto, e a conta do "quem" deve recair sobre a classe média e média alta, com exceção daqueles que conseguirem "se tornar empresários" pelo Simples e garantir subtributação sobre salários disfarçados de lucro.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977?page=1§ion=1

Reforma do IR e honestidade intelectual - OPINIÃO JURÍDICA

Diogo Ferraz é sócio de Freitas Leite Advogados, doutor em Direito Tributário pela Universitat de Barcelona, mestre em Direito Público pela UERJ e coordenador do Projeto Jurisprudência Tributária (PJT)

As últimas semanas foram tomadas por debates em torno da proposta do governo federal para a "reforma" do Imposto de Renda (das pessoas físicas e jurídicas) e da CSLL, materializada no Projeto de Lei nº 2.337/2021. Em geral, as reações foram extremamente negativas e apontaram inconsistências, contradições e efeitos colaterais nas medidas propostas. Mesmo aqueles que concordam com determinados pontos do projeto tendem a criticar a sua dosimetria e é possível dizer que o projeto conseguiu a proeza de obter uma rejeição quase unânime, mesmo nos tempos de absoluta polarização que vivemos.

A maioria dessas manifestações focou, corretamente, em aspectos técnicos das mudanças: má técnica legislativa, dupla tributação, maior viés fiscal em favor do capital de terceiros em detrimento do capital próprio, incentivo ao investimento financeiro em lugar do investimento produtivo, aumento da carga tributária em geral, entre outros. Neste texto, no entanto, quero abordar outra questão, que me parece tão ou mais relevante: a honestidade intelectual dos motivos alegados pelo governo para cada mudança. Centrarei minha atenção na tributação dos dividendos, ponto da proposta que é ilustrativo do que pretendo mostrar.

Apesar de a exposição de motivos afirmar que a criação dessa tributação estaria baseada em um suposto alinhamento internacional, todas as manifestações midiáticas de representantes do governo sobre o tema justificam a nova cobrança sob a alegação de que a isenção de dividendos faria com que os sócios de pessoas jurídicas, pertencentes à parcela mais rica da sociedade, fossem muito menos tributados do que os empregados das mesmas empresas, submetidos às alíquotas progressivas do IR (até 27,5%). Infelizmente, trata-se de um show de meias-verdades.

A comparação com a tributação de empregados pode ser politicamente sedutora, mas é economicamente enganosa. Para desmistificar essa linha de justificação, basta reconhecer uma premissa óbvia: dinheiro não nasce em árvore. Isso significa que tanto as remunerações dos empregados quanto os

dividendos dos sócios advêm das mesmas receitas auferidas pela empresa. Sem essas receitas, não há pagamento de dividendos aos sócios nem de remunerações aos empregados, de modo que esses fluxos de recursos não podem ser considerados como se fossem autônomos entre si. Voltando à obviedade a que me referi, o dinheiro não brota na empresa e, depois, brota separadamente para os sócios e para os empregados. Na verdade, os frutos entregues aos sócios e aos empregados, embora possam ter tamanhos, épocas de safra e sabores diferentes, nascem da mesma árvore.

Colocadas as coisas sob a perspectiva correta, há de se ter em mente que os salários de funcionários são dedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL, enquanto os dividendos pagos pela mesma empresa aos seus sócios, não. Logo, a parcela das receitas da pessoa jurídica que é consumida pela remuneração dos seus empregados não é onerada por aqueles **tributos** na pessoa jurídica, mas a parcela dessas mesmas receitas destinada aos seus sócios (dividendos), sim.

Em um exemplo básico, se uma empresa auferir R\$ 100 de receitas e possui gastos de R\$ 40, todos relacionados com o pagamento de empregados, tem-se a seguinte situação: por um lado, a parcela da receita correspondente aos R\$40 não será tributada na empresa, eis que dedutível na apuração do IR e da CSLL; essa parcela, conseqüentemente, será tributada apenas nos funcionários que a receberem (27,5%); por outro lado, a parcela da receita correspondente aos R\$ 60 de lucro (R\$100-R\$ 40) e passível de distribuição aos sócios não será tributada nos sócios (isenção), mas será tributada na própria empresa (34% no lucro real).

Diante disso, considerando apenas os **tributos** sobre a renda, efetivamente, os recursos destinados ao pagamento de funcionários são tributados com uma alíquota de até 27,5%; já os recursos destinados aos sócios são atualmente tributados com uma alíquota combinada de 34% no lucro real. E é possível fazer uma observação adicional: a tributação dos valores que chegam aos empregados ainda poderá ser reduzida pelas deduções permitidas pela legislação (por exemplo, com saúde, educação e dependentes), enquanto os mesmos gastos incorridos pelos sócios não influenciarão a tributação dos recursos a eles destinados, dado que suas despesas pessoais não

são dedutíveis na pessoa jurídica.

Pode-se alegar que deveria haver uma diferença ainda maior em favor das remunerações dos empregados. Pode-se argumentar que, no lucro presumido, a tributação da renda efetiva da pessoa jurídica seria menor do que 34% (o que dependerá, em rigor, da real margem de lucro de cada empresa). Nesses casos, contudo, a solução poderia ser reduzir a tributação dos empregados ou ajustar as margens de presunção, não criar uma incidência separada que tornará o sistema mais complexo, oneroso e desconexo.

Independentemente da alternativa a ser escolhida, é fundamental que os debates em torno dessa proposta, infelizmente limitados pela pressa com que ela vem sendo tocada no congresso, e o juízo sobre a validade ou conveniência das idéias que se pretende implementar sejam baseados, honestamente, em dados reais e objetivos, não em narrativas fantasiosas. Sem isso, em lugar da construção democrática de um sistema tributário verdadeiramente mais justo e equilibrado, teremos a imposição de um que, fingindo fazer justiça, atenda a interesses meramente arrecadatórios.

Diogo Ferraz é sócio de Freitas Leite Advogados, doutor em Direito Tributário pela Universitat de Barcelona, mestre em Direito Público pela UERJ e coordenador do Projeto Jurisprudência Tributária (PJT)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977

Racionamento, controle de preços, alta de juros: o passado voltou? - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA



O Brasil vive um período estranho, que faz lembrar os piores momentos do passado. Na política, ameaças de golpe de Estado, debates insossos sobre sistemas de votação, defesa da censura e até desfile de tanques militares em Brasília. Na economia, o fantasma do racionamento da energia voltou, a **inflação** apareceu de novo, os juros subiram outra vez, e até famigeradas discussões sobre controle de preços foram ressuscitadas pela turma do atraso. Algumas situações, de tão bizarras, parecem saídas do túnel do tempo. Quer comprar uma moto? Prepare-se: com a falta de peças, há 50 mil consumidores na fila de espera, segundo informou a Abraciclo, a associação do setor. Enquanto o mundo abre as portas para o futuro, com o desenvolvimento de novas tecnologias, sistemas de inteligência artificial cada vez mais precisos e digitalização de boa parte dos processos produtivos, o Brasil permanece preso a um passado sombrio. Isso é uma lástima.

Inflação e desemprego afetam vendas no varejo

Sinal de alerta no varejo: após dois meses consecutivos de crescimento, as vendas do comércio caíram 1,7% na passagem de maio para junho. Foi a maior retração do setor em 2021 e a segunda maior para o mês de junho desde o início da série histórica do IBGE, em 2000. De todo modo, o varejo está 2,6%

acima do patamar pré-pandemia, o que não deixa de ser positivo. Para especialistas, a **inflação** em alta - que corrói o poder de compra - e os elevados níveis de desemprego afastaram os consumidores.

Otimismo dos empresários diminui

Os empresários brasileiros continuam otimistas, mas nem tanto. É isso o que mostra estudo feito pela consultoria Grant Thornton, que entrevistou 5 mil executivos de 29 países. Mais da metade dos empresários brasileiros (66%) está confiante na recuperação dos negócios, mas o percentual não foi suficiente para manter o Brasil na mesma colocação do ano passado. O país caiu do 10º para o 8º lugar no ranking de nações mais otimistas. A lista é liderada por chineses e americanos.

Brasil é um dos países mais caros para ter automóvel

O custo Brasil estende seus tentáculos para todas as áreas. Um estudo da consultoria britânica Scrap Car Comparison constatou que o Brasil é o quinto país mais caro do mundo para se manter um carro - apenas Argentina, Colômbia, Turquia e Uruguai nos superam. A pesquisa levou em consideração despesas com combustível, seguro e manutenções mecânicas. Na outra ponta, a Austrália é a nação com custos menores. Não à toa, as novas gerações de brasileiros pouco se animam para comprar um automóvel.

"Pior do que não saber de nada é acreditar que se sabe de tudo" Thiago Nigro, o Primo Rico, influenciador financeiro mais popular do País

US\$ 3,5 bilhões

é quanto o conglomerado japonês Softbank investiu em 48 startups da América Latina desde que iniciou aportes na região, em 2019. A intenção do grupo é acelerar ainda mais os desembolsos no continente.

Rapidinhas

Os minions, aqueles simpáticos seres de animação que fizeram sucesso no cinema, viraram febre no Brasil. Lançada em maio, a coleção da marca de moda Puket inspirada nos amarelinhos respondeu por 50% do faturamento das lojas em julho. Em junho, o índice estava em 35%. Em maio, 15%. Os minions faturaram US\$ 1,1 bilhão nas bilheterias dos cinemas. A Olimpíada fez sucesso no Brasil. Segundo dados do Facebook, o país foi o terceiro que mais se engajou no evento, atrás de Estados Unidos e Índia. É óbvio que o tamanho da população e a penetração das redes sociais pesam no ranking, mas é inegável que os brasileiros estiveram entre os mais entusiasmados com os Jogos. O varejo físico está com os dias

contados? Não para as Lojas Cem, uma das maiores redes de eletroeletrônicos do País. A empresa encerrará 2021 com 11 unidades abertas e definiu como meta inaugurar outras 12 em 2022. Com faturamento anual de R\$ 6 bilhões, o grupo está presente nos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. O market4u, maior rede de mercado autônomos da América Latina, abriu um centro de distribuição de mil metros quadrados em Brasília. Além da nova filial, a empresa está assumindo 20 pontos de venda de um de seus franqueados na cidade. No total, o market4u está presente em 84 municípios brasileiros.

A inflação assusta (Editorial)

Nada é mais danoso para as famílias, sobretudo as menos favorecidas, do que a **inflação** em alta. O estrago no poder de compra é enorme, e muita gente é obrigada a tirar do cardápio diário produtos básicos, como o arroz, o feijão e a carne. Infelizmente, a velha senhora voltou a assombrar os brasileiros. Dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,96% em julho, a maior alta para o mês em 19 anos, e acumula quase 9% em 12 meses. Um quadro preocupante.

O risco de a **inflação** sair do controle é grande, admite o Banco Central. Não por acaso, o Comitê de Política Monetária (Copom) pisou no acelerador no início deste mês e elevou a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, de 4,25% para 5,25% ao ano. A preocupação é tamanha que a instituição se comprometeu com um novo aumento de um ponto percentual nos juros em setembro, mas não está descartado um aperto ainda maior. O BC está certo. A meta de **inflação** para 2021 é de 3,75%, com teto de 5,25%. Ou seja, o IPCA acumulado em 12 meses é quase o dobro do máximo tolerável.

A **inflação** alta desarranja a economia. E, apesar da pronta ação do Banco Central, o governo tem parte importante de culpa pela disparada dos preços. Há vários fatores que estimulam reajustes, um deles, o dólar. A moeda norte-americana está subindo porque os investidores estão assustados com a crise política provocada pelo chefe do Executivo. Temendo um rompimento institucional, correm para a divisa dos Estados Unidos como proteção. Outro fator que impacta o dólar é o risco fiscal. Nas últimas semanas, o Ministério da Economia vem rasgando o compromisso com o equilíbrio das contas públicas.

Há, ainda, o forte impacto da crise hídrica, que, ressalte-se, vem sendo muito mal administrada pelo Executivo. O resultado disso está nas contas de luz, que, em média, ficaram 7,9% mais caras em julho. Para completar, os combustíveis registram uma sequência de reajustes. A partir de hoje, a Petrobras eleva em 3,5% o valor da gasolina nas refinarias, alta que será imediatamente repassada para as bombas dos postos. Também no caso dos combustíveis, o dólar contribui negativamente.

O presidente Jair Bolsonaro encaminhou nesta semana ao Congresso uma Medida Provisória mudando o nome do Bolsa Família para Auxílio Brasil. Também está propondo um aumento de pelo menos

50% no valor do benefício, o que pode levá-lo para quase R\$ 300. O objetivo é ter um programa social para chamar de seu durante a campanha à reeleição em 2022. De nada, porém, adiantará o aumento do programa se a **inflação** continuar alta. O reajuste será corroído sem dó. Os que hoje dependem da ajuda governamental continuarão no sufoco, muitos na miséria, passando fome.

Portanto, está mais do que na hora de o presidente descer do palanque, deixar as crises de lado e investir toda a sua energia no que realmente é necessário, como garantir um ambiente de negócios tranquilo e um ajuste fiscal consistente, o que será de grande valia para o Banco Central. O país não aguenta mais um novo surto inflacionário.

Governo já prevê R\$ 574 bi em fundo com orçamento paralelo

Bernardo Caram e Thiago Resende Brasília

O fundo proposto pelo governo para receber recursos de ativos da União e fazer gastos por fora das regras fiscais já tem um potencial de arrecadação de R\$574,1 bilhões nos próximos anos, aponta estimativa do governo.

O número inclui as projeções de ganho com privatizações, produção de petróleo do pré-sal e concessão de serviços públicos.

O resultado potencial pode ser maior a depender das receitas provenientes da venda de imóveis públicos e do corte de incentivos fiscais.

A medida faz parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) enviada ao Congresso nesta semana para parcelar o pagamento de precatórios -dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

O texto cria um fundo destinado ao abatimento da dívida pública e pagamento antecipado de precatórios que forem parcelados. Essas despesas não serão contabilizadas no teto, regra que limita o crescimento dos gastos do governo à variação da **inflação**.

O fundo será alimentado com recursos obtidos na venda de participação de estatais e de imóveis, outorga de concessões de serviços, dividendos pagos por empresas públicas, antecipação de verbas de petróleo e corte de benefícios tributários.

De acordo com os cálculos da pasta, o potencial de ganho com as privatizações é de R\$ 369 bilhões nos próximos anos. Desse total, R\$ 122 bilhões já são considerados como receitas prováveis.

No caso do petróleo, o governo inseriu na PEC o repasse ao fundo da antecipação de valores a serem recebidos pela União pela exploração de óleo em contratos de partilha.

Criados em 2010, os contratos de partilha garantem à União uma parcela do petróleo extraído, definida durante os leilões das áreas: vence a empresa ou consórcio que se comprometera entregar a maior fatia. O modelo é usado nos contratos do pré-sal.

Cálculo da pasta mostra que a receita prevista para a

União com essa comercialização de petróleo até 2030 é de US\$ 75,3 bilhões. A equipe econômica fez as projeções de receita considerando a cotação do dólar em R\$ 5, o que levaria a um ganho nominal de R\$ 376,5 bilhões no período.

De acordo com uma fonte da pasta, quando esse saldo é colocado em valor presente, a conclusão é que o montante com potencial de antecipação equivale a R\$ 200 bilhões. Esse é o valor que, em última instância, poderia ser direcionado ao fundo.

Recursos arrecadados com a venda do petróleo da União são destinados ao Fundo Social com o objetivo de oferecer verba para programas de desenvolvimento social e regional.

Na prática, portanto, a aprovação da PEC permitirá que parte desses recursos seja deslocada da área social para o novo fundo e usados para abater dívida pública e pagar precatórios.

As contas do ministério ainda projetam um ganho de R\$ 5,1 bilhões com o pagamento de outorgas à União pela concessão de serviços públicos em 2022.

Em relação ao pagamento de dividendos, a regra colocada na PEC define que será repassado ao fundo o resultado final obtido pela União com essas receitas, deduzidos os gastos do Tesouro com as estatais dependentes, que dão prejuízo.

De acordo com a pasta, a expectativa para 2022 é que esse saldo fique zerado. Por tanto, não deve haver repasse dessa conta.

O texto ainda destina ao fundo a arrecadação decorrente do primeiro ano de redução de benefícios tributários.

Proposta aprovada pelo Congresso determina que o governo apresente um plano de corte anual de 10% nesses incentivos fiscais.

Caso concretizada, a economia em 2022 seria de aproximadamente R\$ 30 bilhões. No entanto, a aplicação desse plano é incerta, e o número não foi incluído nas estimativas para o fundo.

Nota técnica produzida pela IFI (Instituição Fiscal

Independente, ligada ao Senado) critica a proposta do governo de parcelar precatórios e afirma que a criação do fundo institui uma espécie de orçamento paralelo, reduzindo a transparência das contas públicas.

"As operações passarão ao largo da Lei Orçamentária -fora, portanto, do controle parlamentar- e não estarão sujeitas ao teto de gastos. Presume-se que a tese defendida para tanto seja a de que os precatórios constituem dívida, a ser então amortizada via novo fundo. Perde-se transparência e abre-se caminho à criação de orçamentos paralelos", diz a nota.

Na avaliação do consultor de Orçamento da Câmara Ricardo Volpe, a criação do fundo poderia ser positiva para um momento de explosão de gastos de precatórios, como o atual, mas o mecanismo não deveria ser permanente.

"Esse fundo de liquidação de passivos realmente tem que ser de uma forma excepcional, porque acaba ficando fora do Orçamento e fora do teto." Procurado, o Ministério da Economia diz que o mecanismo criado pela PEC, por ser um fundo contábil, terá o mesmo tratamento para a estatística de resultado primário que toda e qualquer receita e despesa.

A venda de imóveis, outra fonte de verba para o fundo, é uma carta na manga da equipe de Paulo Guedes que é aventada de forma recorrente para solucionar questões fiscais. Desde a campanha eleitoral, essa hipótese era apontada como uma forma de melhorar a situação das contas públicas.

Na elaboração da reforma da Previdência, a alienação de imóveis chegou a ser cogitada para financiar a transição para um novo modelo previdenciário (a capitalização), desejada por Guedes e que acabou sendo derrubada no Congresso.

Membros do ministério afirmam, no entanto, que é difícil estimar os ganhos futuros com a venda de imóveis e, por isso, esse fator ainda não foi incluído na estimativa de ganhos para o fundo.

Inicialmente, a equipe econômica queria propor que os recursos do fundo também fossem usados para bancar o pagamento de bônus a beneficiários do novo programa social, chamado de Auxílio Brasil, defendido pelo governo para conter a queda de popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

O governo, porém, desistiu de inserir na PEC dos precatórios que o fundo também fosse destinado a famílias pobres. Essa finalidade deve voltar a ser debatida no Congresso, que agora passa a analisar o projeto.

A PEC foi apresentada pelo governo com o objetivo de abrir espaço no Orçamento depois que a conta de precatórios passou de aproximadamente R\$ 55 bilhões em 2021 para R\$ 89 bilhões no ano que vem.

Com o parcelamento e a liberação de gastos fora do teto via fundo, o governo terá margem para turbinar o programa Bolsa Família em 2022, ano de eleição.

O governo ainda aproveitou o envio da PEC para inserir um dispositivo que autoriza o Executivo a descumprir a regra de ouro das contas públicas sem um aval específico do Congresso.

Apesar de ser alvo de debates entre analistas de contas públicas, a regra de ouro é uma das principais normas fiscais do país e impede que o governo se endivide para pagar despesas correntes -como salários e aposentadorias.

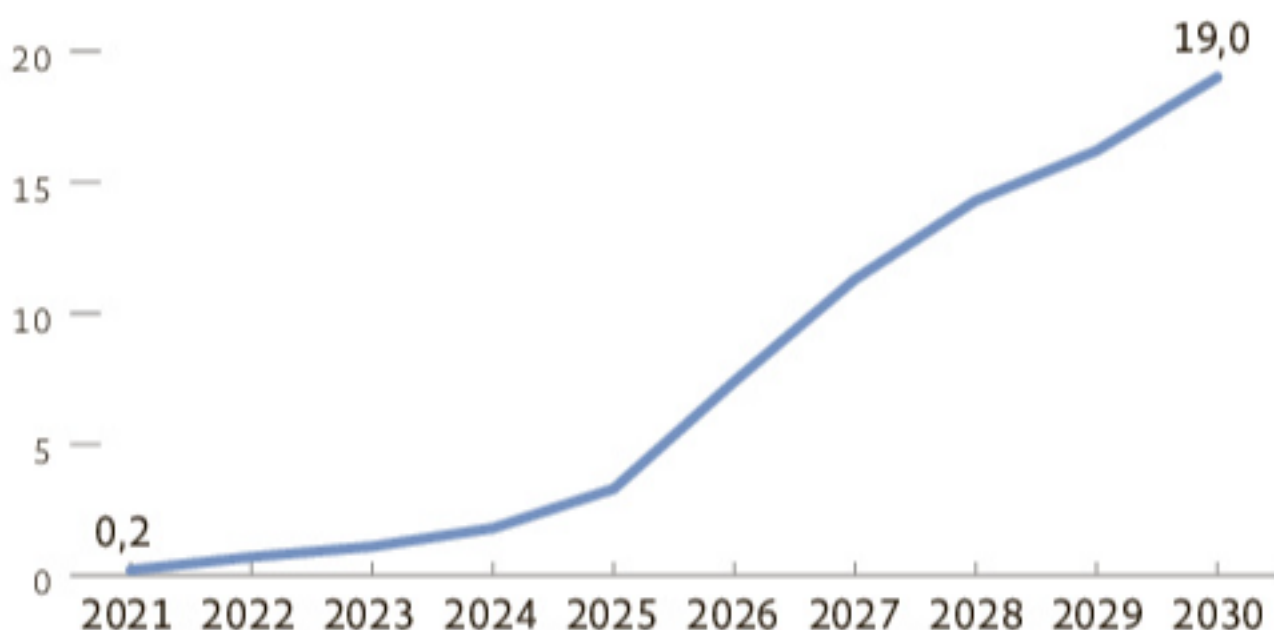
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49635>

Ganho potencial do fundo proposto pelo governo, em R\$ bilhões



Comercialização de petróleo da União, em US\$ bilhões



Total: US\$ 75,3 bilhões

(R\$ 376,5 com cotação do dólar em R\$ 5 considerada pelo governo)

*Projeção para os próximos anos, sem horizonte definido | **Receita em valor presente relativa a ganhos até 2030 | ***Em 2022 | Fonte: Ministério da Economia e PPSA

Vendas do comércio frustram previsões e caem 1,7% em junho

Leonardo Vieceli - RIO DE JANEIRO

Após dois meses no azul, o volume de vendas do comércio varejista no país caiu 1,7% em junho, na comparação com maio. O resultado, divulgado nesta quarta-feira (n) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), frustrou projeções do mercado.

Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço de 0,5% nas vendas. A queda de 1,7% é a maior para junho desde 2002, quando a retração chegou a 2%.

Mesmo com o desempenho negativo, o varejo conseguiu fechar o primeiro semestre com alta acumulada de 6,7%. Em 12 meses, a elevação foi menor, de 5,9%.

Já em relação a junho de 2020, houve alta de 6,3%. No sexto mês do ano passado, o setor sentia os impactos da fase inicial da pandemia, que restringiu o funcionamento de lojas. Analistas consultados pela Bloomberg projetavam crescimento maior nessa base de comparação, de 8,7%.

Segundo o IBGE, o varejo está 2,6% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Em maio, tinha nível 4,3% superior.

A queda de 1,7% em junho veio após revisões no desempenho de meses anteriores. A alta de maio ficou mais intensa, passando de 1,4% para 2,7%. Já o avanço de abril diminuiu de 4,9% para 2,5%.

Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE, mencionou que a queda em junho foi uma espécie de "contrabalanço" após as variações positivas. Na visão do pesquisador, a retração nas vendas também guarda ligação com o avanço do desemprego e da **inflação**. Outro obstáculo, segundo ele, é a restrição de crédito. Em conjunto, esses ingredientes prejudicam o poder de compra das famílias.

Para tentar frear a **inflação**, o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) passou a subir a taxa básica de juros (Selic), o que tende a encarecer financiamentos no país.

"À medida que o juro começa a crescer, o crédito

começa a diminuir. Isso rebate no indicador na ponta. É um dos fatores que a gente consegue enxergar. E também há um cenário de **inflação**", analisou. Santos ressaltou que o desemprego em alta tem importância no resultado.

Cinco das oito atividades investigadas pela pesquisa recuaram na passagem de maio para junho. A queda mais intensa foi do setor de tecidos, vestuário e calçados(-3,6%), que havia registrado aumentos em abril (16,3%) e maio (10,2%).

"No comércio varejista como um todo, há algumas atividades caindo com mais força porque elas tiveram uma certa recuperação nos meses de abril e maio, elevando a base de comparação. Esse foi o caso de tecidos, vestuário e calçados, que é uma atividade que ainda não teve recuperação ante o patamar de fevereiro do ano passado", afirmou Santos.

Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-3,5%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,6%), combustíveis e lubrificantes (-1,2%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,5) também recuaram na passagem de maio para junho.

Já o setor de livros, jornais, revistas e papelaria cresceu 5%, maior alta na pesquisa. Foi o terceiro resultado positivo da atividade em sequência. Mesmo com os aumentos recentes, o setor não conseguiu recuperar o que perdeu durante o ano. A queda acumulada foi de 22,8% entre janeiro e junho.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas recuou 2,3% ante maio. A retração desconta parte do aumento de 3,2% registrado no mês anterior.

Em nota, o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, considerou "decepcionante" o resultado de junho. Segundo ele, a baixa de 1,7% pode ser explicada, em parte, pela revisão de maio, que turbinou o avanço das vendas naquele mês.

Para Perfeito, o quadro pode trazer "certo desconforto" ao governo federal, "que deverá insistir em estímulos fiscais para o ano que vem e para este ano também".

Na avaliação do economista Fabio Bentes, da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), além do efeito estatístico das revisões, a **inflação** em alta também ajuda a entender a queda nas vendas em junho.

"O varejo se encontra em um processo de retomada, mas parece que a **inflação** começa a provocar efeito no desempenho do setor", define.

Em junho, o IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 0,53%, puxado pela energia. "A alta das tarifas provoca algum estrago no bolso do consumidor", afirma Bentes.

O economista Cláudio Considera, pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), diz que a comparação das vendas entre meses diferentes, como maio e junho, requer cautela durante a pandemia. É que a crise sanitária desafia o ajuste sazonal.

"A pandemia alterou muito o consumo das famílias em termos de sazonalidade. O Natal em 2020 não foi o mesmo dos outros anos, não houve Carnaval em 2021, por exemplo. Vamos ter de lidar com isso até a sociedade voltar ao normal. A queda de 1,7% não indica que estamos indo para o buraco", diz.

"Não fico pessimista com esse número, assim como não fiquei otimista com o número do **PIB** [1,2% de alta no primeiro trimestre]." Mesmo com as ressalvas, o pesquisador reconhece que a reação do varejo é ameaçada por fatores como o desemprego e a **inflação** em alta. "Isso bate no consumo. Afeta diretamente o comércio." Na semana passada, o IBGE divulgou o resultado de junho da produção industrial. No sexto mês deste ano, o indicador das fábricas ficou estagnado, com variação nula (0%) em relação a maio. A produção industrial, conforme o IBGE, ainda sofre com a escassez de insumos e a demanda fragilizada por bens diversos.

Nesta quinta-feira (12), o instituto divulga o desempenho do setor de serviços em junho.

"À medida que o juro começa a crescer, o crédito começa a diminuir. Isso rebate no indicador na ponta. E também há um cenário de **inflação**" Cristiano Santos, gerente do IBGE, sobre os números do varejo

Site:

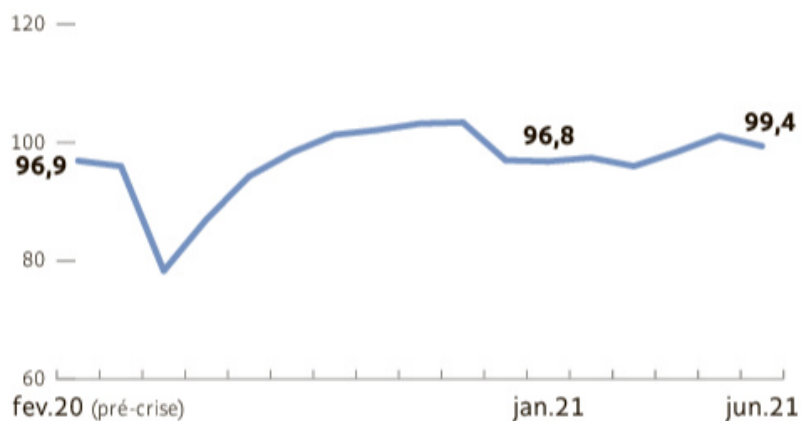
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

35

Comércio na pandemia

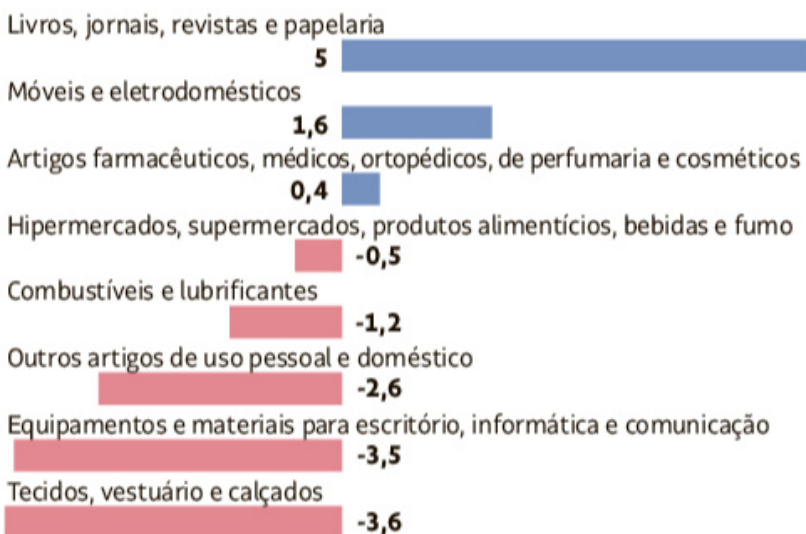
Evolução do setor, em pontos

Base = 100



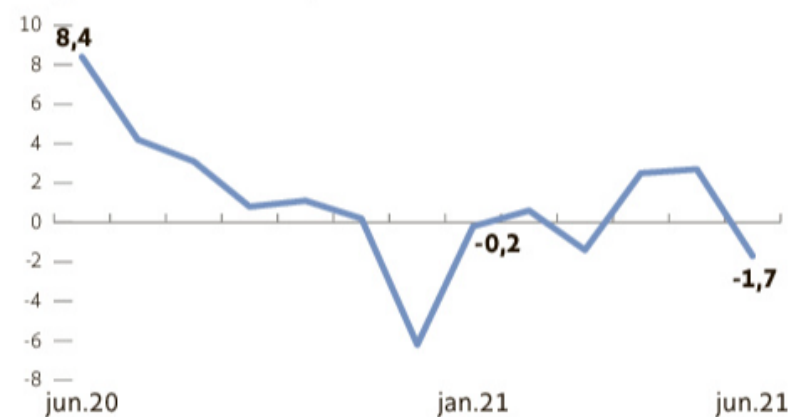
Atividades do varejo

Em jun.21, frente ao mês anterior, em %



Volume de vendas

Variação frente ao mês anterior, em %



Fonte: IBGE

Siglas poderão ter R\$ 7 bi de verba pública em 2022



Legislativo. Movimento do Congresso para ampliar valor ganhou força após STF proibir doação empresarial de campanha

Daniel Weterman / BRASÍLIA

Além de aumentar o fundo eleitoral para R\$ 5,7 bilhões em 2022, o Congresso se movimenta para adotar duas medidas que têm influência nas eleições do ano que vem: turbinar o Fundo Partidário, aquele pago todos os anos às legendas, e retomar a propaganda das legendas no rádio e na TV fora do período eleitoral. As mudanças devem ampliar o montante de recursos públicos para as campanhas e pressionar o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior.

Em 2021, o Orçamento prevê R\$ 979,4 milhões para o Fundo Partidário. Para 2022, a estimativa é de que o fundo tenha R\$ 1,061 bilhão, caso não haja mudança na lei. Um projeto aprovado no Senado em julho, porém, traz a volta da propaganda das siglas e aumenta os recursos do Fundo Partidário para financiar as inserções no rádio e na TV.

Se a proposta receber o aval da Câmara e for sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, o valor vai aumentar para R\$ 1,3 bilhão no ano que vem, conforme análise da Consultoria de Orçamento do Senado repassada ao Estadão/Broadcast. Somados os dois fundos (eleitoral e partidário), o gasto público com as eleições de 2022 pode chegar a R\$ 7 bilhões, um patamar inédito.

Diferentemente do fundo eleitoral, pago apenas no período das disputas, o Fundo Partidário é transferido todos os anos para as legendas com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É um recurso para bancar o funcionamento dos diretórios e as atividades diárias das siglas. Em ano eleitoral, porém, o dinheiro pode ser usado para irrigar as campanhas.

A única exigência é gastar 5% do total com a promoção da participação de mulheres na política,

regra que o Congresso tenta flexibilizar.

A articulação para ampliar os valores ganhou força após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir o financiamento empresarial de campanhas. A retomada dessa proposta chegou a ser ensaiada no Legislativo neste ano, mas não andou. O presidente Jair Bolsonaro já prometeu vetar o aumento do fundo eleitoral, mas admitiu negociar uma reserva de R\$ 4 bilhões, patamar exigido pelo Centrão.

Propaganda. No dia 14 de julho, o Senado aprovou um projeto para recriar a propaganda partidária, extinta em 2017. A proposta foi apresentada pelos senadores Jorginho Mello (PLSC) e Wellington Fagundes (PL-MT) e é relatada por Carlos Portinho (PL-RJ), todos aliados de Bolsonaro. O PL é um dos principais partidos do Centrão.

A proposta estabelece que o Fundo Partidário seja reforçado em ano eleitoral com os valores da compensação fiscal que as emissoras de rádio e TV receberam em 2016, por causa da propaganda. Em ano não eleitoral, a referência será 2017.

Se os valores forem aplicados, o Fundo Partidário terá R\$ 1,291 bilhões em 2022 e R\$ 1,658 bilhão em 2023, sempre aumentando nos anos seguintes, de acordo com a análise da consultoria. Os senadores aprovaram o aumento sob a justificativa de bancar o retorno da propaganda, que gera renúncia fiscal para a União. A Consultoria do Senado afirma, porém, que a compensação não é suficiente, em razão do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas independentemente da arrecadação.

Nos últimos anos, o Fundo Partidário tem sido reajustado pela **inflação** por causa do teto.

É o que estabelece o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado no Congresso.

O texto precisa ser sancionado ou vetado pelo presidente Jair Bolsonaro até o próximo dia 20.

A intenção de retomar a propaganda partidária é tão efetiva no Congresso que os parlamentares aprovaram um dispositivo na LDO de 2022 para obrigar o governo a prever despesas com o ressarcimento das emissoras de rádio e TV pelas inserções.

No parecer do projeto do Senado, o relator Carlos Portinho argumentou "que há necessidade do fortalecimento do Fundo Partidário" para arcar com o novo gasto previsto".

"A propaganda nunca foi gratuita.

(O eleitor) não tinha ideia dos volumes de compensação.

E a gente está falando de dinheiro público e de tributo", disse o senador ao defender no plenário do Senado o aumento do Fundo Partidário para financiar o retorno da propaganda das legendas no rádio e na TV.

Impacto. Da forma como foi aprovado pelo Congresso, o fundo eleitoral vai tirar R\$ 4,93 bilhões de obras e serviços de interesse dos próprios parlamentares no ano que vem, como mostrou o Estadão. O valor corresponde aos recursos que sairão das emendas de bancada estadual, calculadas em R\$ 7,06 bilhões no próximo ano.

O aumento do Fundo Partidário, por outro lado, vai acabar pressionando outras ações da Justiça Eleitoral, como a manutenção dos tribunais e os investimentos em tecnologia. Motivo: os recursos saem justamente do orçamento da Justiça Eleitoral e do total arrecadado com multas no Judiciário.

Os dois fundos são despesas obrigatórias e garantidas em lei. Precisam estar na previsão de gastos da União e são blindadas de cortes. Na prática, de acordo com técnicos ouvidos pela reportagem, o aumento retira dinheiro de outras áreas, como saúde e educação. No ano que vem, por exemplo, se o Executivo verificar a necessidade de bloquear gastos federais para cumprir a meta de resultado primário - a conta que precisa fechar no fim do ano entre receitas e despesas -, o corte em outras áreas pode se tornar obrigatório, já que os fundos partidário e eleitoral estão protegidos.

No mês passado, um grupo de parlamentares entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a votação da LDO e proibir o aumento do fundo eleitoral. A Corte ainda não se pronunciou sobre a ação, mas pediu esclarecimentos à Câmara e ao Senado. A cúpula do Congresso defende a votação do projeto e nega descumprimento de normas do Legislativo, como alegam os críticos da proposta.

PARA ENTENDER

Fontes de financiamento

O Fundo Partidário é destinado aos partidos políticos

para o custeamento de despesas diárias, como contas de luz, água, aluguel, etc. Ele é constituído por uma mistura de verba pública e doações privadas, em que entram dotações orçamentárias da União, multas, penalidades e outros recursos atribuídos pela Lei 9.096/1995. O Congresso aprovou que esse dinheiro também fosse destinado ao impulsionamento de conteúdo na internet, compra de passagens aéreas para não filiados e contratação de advogados e contadores.

Já o fundo eleitoral é um valor retirado inteiramente da verba pública (Tesouro Nacional) e destinado aos partidos em anos eleitorais para bancar as campanhas de seus candidatos, como viagens, cabos eleitorais e material de divulgação. Para ter acesso aos recursos, diretórios nacionais dos partidos precisam aprovar em votação os critérios para distribuição do dinheiro. Em seguida, as siglas enviam um ofício ao TSE com as informações sobre os critérios fixados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

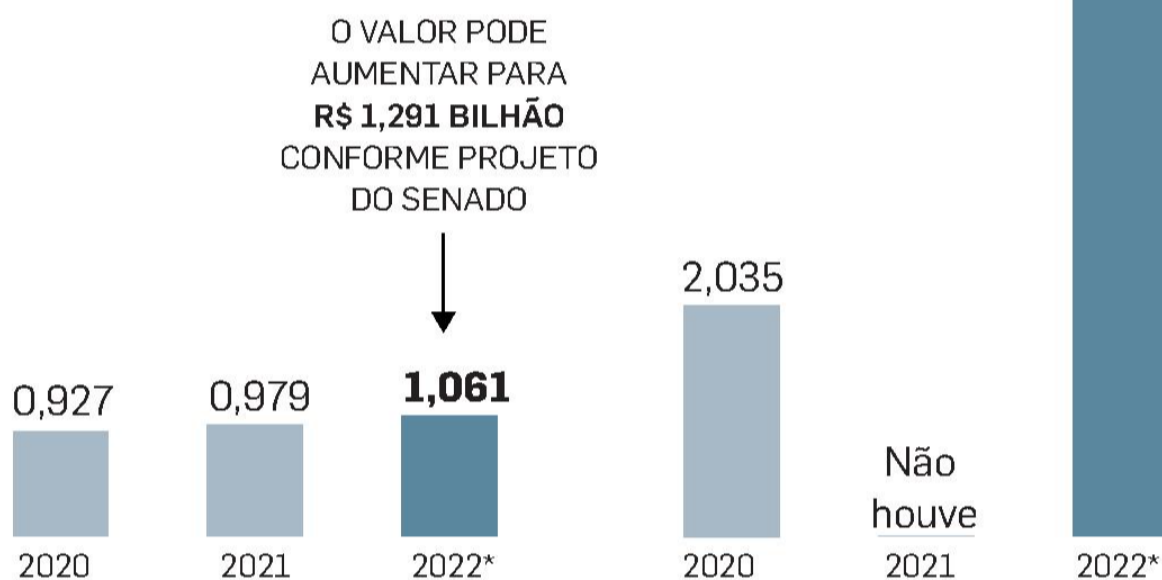
RECURSOS

● Congresso turbina fundo eleitoral e fundo Partidário

GASTOS AUTORIZADOS EM BILHÕES DE REAIS

Fundo Partidário

Fundo eleitoral



*PROJEÇÃO CONFORME PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) APROVADO NO CONGRESSO

FONTES: SIGA BRASIL E CONSULTORIA DE ORÇAMENTO DO SENADO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O limite da obediência - WILLIAM WAACK

WILLIAM WAACK

Depois do espetáculo deprimente do "desfile" militar de terça-feira ganhou corpo nos altos escalões das Forças Armadas a discussão sobre os limites de obediência ao Napoleão que transformou o Planalto num hospício. Alguns oficiais participantes desse debate (em reuniões formais e, principalmente, por grupos fechados em redes sociais) lembram o princípio consolidado na "Führungsakademie" do Exército alemão, que equivale à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro.

É o da "Innere Führung" - traduzido livremente como "conduta moral" - desenvolvido como premissa do rearmamento da então Alemanha Ocidental nos anos 50 e da educação de todos seus líderes militares. Esse princípio estabelece que o militar é tão somente um "cidadão em uniforme", e que deve se orientar por valores éticos e morais pertinentes a um estado democrático e de direito, e não pela obediência cega a ordens superiores (que não deixa de ser elemento essencial no funcionamento operacional de forças armadas).

Admite-se nesses círculos que o "desfile" foi uma desmoralização para as Forças Armadas e que Bolsonaro é "inassessorável" - eufemismo para "incontrolável". Na cabeça desses oficiais superiores uma ordem tresloucada dele deixou de ser uma possibilidade e passou a ser uma probabilidade.

Com tendência crescente à medida que o isolamento político e as conseqüentes derrotas do presidente se acumulam e a crença mística que Bolsonaro possui de si mesmo o faz pensar que está ganhando força quando o que ocorre no mundo real da política é o contrário.

No melhor dos cenários sobre os quais se conversa amplamente nos círculos de militares superiores da ativa Bolsonaro desiste das eleições e, conseqüentemente, a candidatura Lula se desidrata, mas essa possibilidade é tida como utópica. Na pior simulação, segundo um participante desse debate, ele vai desrespeitar alguma ordem do STF, convocará seus seguidores para algum tipo de "resistência" nas ruas, haverá conflitos, correrá sangue e então as Forças Armadas serão chamadas para algum tipo de detestada (pelos militares) operação de Garantia da

Lei e da Ordem.

Nessas mesmas conversas é reiterado que qualquer tipo de afastamento de Bolsonaro da Presidência teria de ser exclusivamente pelas vias legais - ou seja, assim como se refuta a possibilidade de golpe, recusa-se a ideia de um "ultimato" de oficiais superiores descontentes (e o número é crescente) ao presidente e seu comportamento desequilibrado.

Ocorre que as vias legais parecem hoje pouco factíveis, como a do impeachment. Ou de longa duração e legitimidade contestável do ponto de vista político, que é o caminho da inelegibilidade via TSE.

Resta enfrentar a desmoralização das instituições incessantemente perseguida por Bolsonaro num ambiente político polarizado, deteriorado e próximo do que os militares chamam de "bomba social", que é o desemprego, a miséria e a **inflação** intoleráveis para os mais pobres. Sem que se identifique neste governo qualquer projeto ou plano de ação para realmente fazer o País crescer além de dar dinheiro para ganhar eleições, fuzila um importante oficial superior.

Os raciocínios de militares de altas patentes espelham milimetricamente o que passaram a manifestar figuras expressivas de segmentos do mundo empresarial e financeiro, para os quais Bolsonaro não é apenas ruim para os negócios. Tornou-se a expressão de olhos revirados e vociferante do Brasil tosco, bruto, retrógrado - um motivo de constrangimento e vergonha internacional, e um acinte aos princípios e valores de uma sociedade aberta e próspera. E que se empenha em bloquear, em vez de facilitar, qualquer caminho de conciliação política, debate racional e empenho em tratar dos temas realmente relevantes.

Porém, da mesma maneira que as divididas elites econômicas e políticas, também as elites militares estão divididas e sem um claro curso de ação. Sofrem, como as outras, de falta de lideranças.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por que a inflação é mais alta no Brasil? - CELSO MING

CELSO MING

Há algo mais do que tem sido dito e escrito que precisa ser entendido como causa dessa **inflação** renitente que vai minando a saúde econômica do Brasil.

Os números de julho levantam graves indagações. Foram de avanço do IPCA de 0,96% no mês, que acumulou 4,76% nesses primeiros sete meses de 2021, ano em que a meta oficial é de 3,75% (com 1,5% de margem de tolerância).

E foram de nada menos que 8,99% em 12 meses (veja o gráfico).

É verdade que agora temos a bandeira vermelha patamar 2 nas tarifas de energia elétrica, que contribuiu para o avanço de 7,9% da conta de luz em julho.

É mais uma pancada que pressiona o custo de vida e o orçamento familiar do brasileiro médio neste ano.

Os outros fatores que concorreram para a esticada da **inflação** são mais ou menos conhecidos: foi a alta dos alimentos puxada, ao mesmo tempo, pela disparada das cotações das commodities, pela seca que assola o Centro-Sul do Brasil e, a partir de julho, pelo frio intenso que prejudicou pastagens e plantações.

Não foi desprezível o avanço dos preços dos derivados de petróleo (alta de 27,5% na gasolina e 25,7% no óleo diesel em 2021); o avanço de 20,8% no preço do gás de cozinha de janeiro a julho; a escassez de insumos e de matérias-primas da indústria, provocada pela retomada da atividade econômica; e o aumento da demanda que se seguiu ao avanço da vacinação contra a covid-19.

Pode-se acrescentar que a abundância de um volume nunca visto de recursos despejados pelos Tesouros nacionais (recursos fiscais) e pelos bancos centrais lubrificou o crédito nos mercados e empurrou às compras o consumidor que antes andava retraído.

Mas a maioria desses fatores altistas não atingiu apenas o Brasil. Praticamente todas as economias vêm pagando o preço do retorno praticamente simultâneo do isolamento social. E, no entanto, a

inflação por aqui vem atingindo proporções elevadas, mesmo enfrentando forte quebra de renda e um desemprego de 14,6% da força de trabalho, circunstância que deveria manter a demanda contraída. A tabela abaixo mostra como vem se comportando a **inflação** em outras economias.

Quem contava com a queda estrutural da **inflação** no Brasil a partir desta década está surpreendido agora com essa recaída.

Velhos mecanismos inerciais (a cultura de reajustes mais ou menos automáticos, por exemplo) voltaram a atuar.

Esse não é o único fator que surpreende nessa volta. Também surpreendeu a passividade do Banco Central diante da virulência da alta, pelo menos até a última reunião do Copom.

O Banco Central errou no diagnóstico por ter entendido que a maioria dos causadores da **inflação** era temporária e que, pelo encolhimento do mercado consumidor, logo seria revertida. Errou por ter subestimado o impacto do avanço dos preços no atacado sobre o custo de vida, o mesmo que atirou a variação do IGP-M para os 33,8% em 12 meses.

Errou, também, por não ter dado a devida importância à deterioração das contas públicas e ao choque provocado nos níveis de confiança. E errou por ter perdido capacidade de ancorar as expectativas dos fazedores de preços. Por isso, foi obrigado a correr atrás e a redobrar a dose do aperto monetário (política de juros) que agora foi para uma Selic de 5,25% ao ano, que, no entanto, deverá chegar em dezembro à altura dos 7%.







Enfim, a grama não nasce do mesmo jeito nos carreiros do gado em direção ao bebedouro e velhos hábitos continuam minando o equilíbrio. O mais prejudicado desse processo de perda de valor da moeda é o trabalhador de poder aquisitivo mais baixo, que não consegue se defender contra a corrosão de sua renda.

CELSO MING, COMENTARISTA DE ECONOMIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● Projeção para inflação em 2021

EM PORCENTAGEM

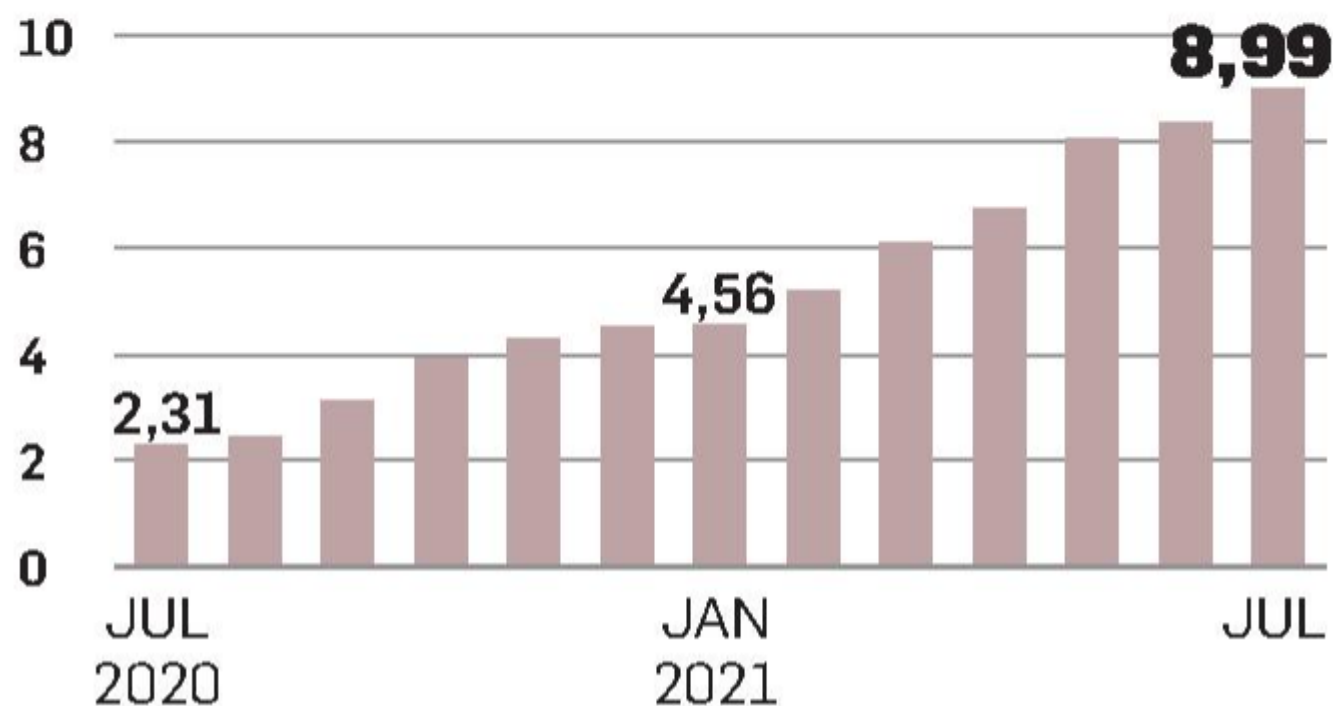
Brasil		7,2
Rússia		5,8
Egito		5,6
Índia		5,2
México		5,1
África do Sul		4,0
Estados Unidos		3,6
Chile		3,6
Colômbia		3,1
Austrália		2,6
Zona do Euro		1,8
China		1,3

.....
FONTE: THE ECONOMIST/HAVER ANALYTICS

INFLAÇÃO

● Evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

ACUMULADO EM 12 MESES, EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Especialistas veem ilegalidades na PEC do precatório



Fatura alta. PEC foi apresentada pelo governo como solução para dívidas de R\$ 89,1 bi

Idiana Tomazelli

parcelar dívidas judiciais e abrir espaço no Orçamento em ano eleitoral chegou ao Congresso crivada de críticas.

De um lado, advogados veem trechos que afrontam a Constituição e já foram alvo de debate no Supremo Tribunal Federal (STF). De outro, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, um dos principais órgãos de vigilância das contas públicas, alerta que a medida abre caminho a um "orçamento paralelo" e piora a percepção de risco fiscal sobre o Brasil.

O governo apresentou a PEC como solução para a fatura de R\$ 89,1 bilhões em precatórios (valores devidos após sentença definitiva), prevista para 2022.

Sob o argumento de imprevisibilidade desse gasto, que cresceu 61% em relação a este ano, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, quer permitir o pagamento de parte dessas dívidas em até dez anos.

Para evitar uma "bola de neve", o governo propôs um fundo de liquidação de passivos, com recursos de venda de imóveis, privatizações, dividendos de estatais e partilha de recursos de petróleo do pré-sal.

"As operações passarão ao largo da Lei Orçamentária - fora, portanto, do controle parlamentar - e não estarão sujeitas ao teto de gastos. Presume-se que a tese defendida para tanto seja a de que os precatórios constituem dívida, a ser então amortizada via novo fundo. Perde-se transparência e se abre caminho a

criação de orçamento paralelo", diz a IFI.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, afirma que a PEC é um "combo antirresponsabilidade fiscal" ao flexibilizar regras fiscais, parcelar despesa obrigatória, criar um fundo paralelo ao Orçamento e evidenciar o "tiro n'água" que foi a PEC emergencial, que prometia ajustar as contas quando as despesas obrigatórias chegassem ao nível crítico de 95% do total, o que não aconteceu nem mesmo com os precatórios.

Além do problema econômico, advogados veem violações no campo jurídico. A pedido do Estadão/Broadcast, a Comissão Especial de Precatórios da OAB Nacional apontou quais seriam os pontos inconstitucionais na proposta. Segundo o presidente da comissão, Eduardo de Souza Gouvea, de forma ampla há oito violações, mas, considerando que diferentes dispositivos afrontam o mesmo princípio, as ilegalidades passariam de 20.

Segundo ele, ao propor um parcelamento dos precatórios e até mesmo a compensação desses pagamentos com eventuais débitos de contribuintes (inscritos em Dívida Ativa) ou de Estados e municípios, a PEC afronta o princípio da isonomia, pois coloca a Fazenda Pública (União) em posição de superioridade em relação aos demais contribuintes. Outro problema seria o desrespeito ao princípio da segurança jurídica, pois o entendimento é de que o pagamento em prestações eventualmente autorizado pelo Legislativo modifica a "coisa julgada", isto é, a decisão do juiz de determinar a reparação do dano de forma imediata. "O princípio do parcelamento é inconstitucional, porque modifica a sentença do Judiciário. E são poderes independentes", diz Gouvea, ressaltando que a separação entre poderes é violada.

Ele ainda elenca a violação ao princípio do direito de propriedade, uma vez que os valores devidos após decisão judicial definitiva são considerados propriedade do credor. Com a PEC, o beneficiário não poderia dispor livremente desses recursos.

Outra inconstitucionalidade seria a mudança na correção dos valores devidos pela União, que deixaria a fatura menos salgada para o poder público. O advogado Vitor Boari, presidente do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca), afirma que a questão já é

pacificada no STF.

Na área econômica, a avaliação é de que alguns dos pontos levantados pelos advogados precisariam ser analisados sob outra ótica, mas a equipe reconhece que os dispositivos devem gerar "discussões acaloradas" e considera o "risco de o STF derrubar".

O QUE PODE SER ILEGAL

- Compensação de dívidas de contribuintes com precatórios a receber Algumas violações apontadas: Princípio da isonomia, pois coloca União como ente superior em face do contribuinte; segurança jurídica; separação de poderes, pois confere "superioridade processual" à Fazenda Pública, que cobra a dívida do contribuinte - Parcelamento Algumas violações apontadas: Separação dos poderes, pois permite ao ente aplicar nova moratória em dissonância ao já decidido pelo juiz; direito fundamental de propriedade, pois limita recebimento dos valores devidos - Correção pela Selic, e não mais pela **inflação** Algumas violações apontadas: Direito fundamental de propriedade, pois o STF já decidiu que condenações impostas à Fazenda devem ser corrigidas pelo IPCA; separação de poderes - Compensação entre precatórios e dívidas de Estados e municípios com a União Algumas violações apontadas: Princípio da isonomia, pois coloca União em posição de superioridade; razoável duração do processo

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Incertezas fiscais e políticas pesam e dólar vai a R\$ 5,22

Marcelo Osakabe, Olívia Bulla, Felipe Saturnino, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Mesmo diante de um cenário externo favorável para emergentes, após dados de **inflação** ao consumidor abaixo do esperado nos Estados Unidos, os ativos brasileiros voltaram a ser penalizados pelas incertezas políticas e fiscais. Com a PEC dos Precatórios e a reforma do Imposto de Renda no foco dos agentes financeiros, o investidor continuou apegado à proteção do dólar, ao mesmo tempo em que os juros futuros voltaram a subir firmemente e a bolsa não encontrou fôlego para deixar o zero a zero.

Após tocar R\$ 5,1641 na mínima do dia, o dólar abandonou a queda e fechou em alta de 0,48%, negociado a R\$ 5,2217. O Ibovespa, por sua vez, encerrou os negócios de ontem a 122.056 pontos, em queda de 0,12%.

Participantes de mercado não souberam precisar um motivo claro para o movimento do dia, mas foram unânimes em apontar o noticiário em Brasília, onde parlamentares discutem projetos importantes, como a PEC dos Precatórios. O projeto do governo incluiu um dispositivo que, segundo alguns analistas, praticamente inviabiliza a "regra de ouro", a norma fiscal que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes.

Na avaliação de Vinicius Alves, estrategista da Tullett Prebon Brasil, o catalisador que guiou os negócios locais foi predominantemente doméstico, o que ajuda a explicar o descolamento do desempenho do real da média das divisas de mercados emergentes.

A alta da moeda americana ante o real, por sua vez, ajudou a puxar para cima os juros futuros: a taxa do DI para janeiro de 2023 subiu de 8,085% para 8,175%; enquanto a do DI para janeiro de 2027 saltou de 9,40% para 9,54%.

Alves destaca, justamente, o temor sobre o novo benefício do governo como um potencial catalisador para o mau humor doméstico. "Apesar da PEC dos Precatórios aliviar parcialmente a tensão fiscal, precisa haver rapidamente uma definição sobre o valor que o Bolsa Família vai ter", aponta.

A continuidade do ruído político também pesou nos

ativos locais, de acordo com Cássio Andrade Xavier, gestor de renda fixa da Sicredi Asset. Para o profissional, "a expectativa que se tinha depois que a PEC [do voto impresso] fosse pautada é que haveria uma conclusão dessa discussão e o nível de ruído diminuiria, mas o presidente voltou a se posicionar a favor da proposta e isso piora um pouco a situação, ainda mais no que tem a ver com andar da agenda de reformas".

Outro ponto de atenção foi a nova versão do projeto de reforma do Imposto de Renda. A versão apresentada na madrugada de terça para quarta-feira pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), trouxe uma redução menor do IRPJ e também da CSLL. As mudanças tornam o projeto menos agressivo em termos de redução de carga tributária, o que diminui os impactos fiscais - uma das preocupações de analistas do mercado.

Para Viviane Vieira, operadora de renda variável da B.Side Investimentos, a votação do Imposto de Renda pode gerar repercussão no mercado, a depender dos encaminhamentos da questão no Congresso. "O mercado não gosta muito das notícias de aumento de tributação para a renda variável, mas já está um pouco no preço", diz a profissional.

Ela aponta que os resultados corporativos têm surpreendido positivamente, mas enfatiza que a bolsa local tem encontrado obstáculos em sua trajetória de valorização devido aos riscos políticos, que cresceram recentemente. "Isso tem gerado muita volatilidade para a bolsa, que vem se mantendo nessa tendência lateral nos últimos dias", afirma.

Além disso, operadores das mesas de renda variável comentam que a bolsa brasileira tem mostrado uma falta de tendência já há algumas sessões o que, segundo eles, reflete a proximidade do vencimento de índice futuro, previsto para a semana que vem. Os profissionais também dão destaque à redução da volatilidade do Ibovespa, o que reforça o comportamento errático do índice à vista.

Levantamento feito pelo Valor Data mostra que a volatilidade do índice à vista neste mês de agosto até terça-feira, 10, estava em 12,82%, na taxa anualizada, bem abaixo do verificado no mês passado (19,12%) e também no acumulado do ano (19,74%) e nos últimos

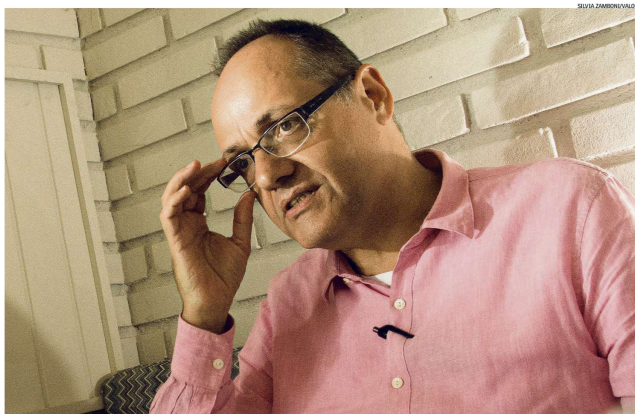
12 meses (20,77%), até a mesma data. O cálculo da volatilidade implícita do Ibovespa é importante para mensurar a tendência do movimento do índice à vista.

Graficamente, o Itaú BBA afirma que o Ibovespa segue em tendência de baixa e vem testando o suporte em 121,5 mil pontos. "Se perder essa região, o índice abrirá caminho para seguir em direção aos suportes em 119,4 mil pontos e 117,6 mil pontos, região por onde passa a média móvel de 200 dias, aproximadamente nos 117 mil pontos", comenta a equipe do analista Fábio Pereira, em relatório.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977

Juro 'neutro' se mantêm apesar de riscos fiscais



Samuel Pessoa, economista do IbreFGV: "É um voto de confiança no bom funcionamento da economia política brasileira nos próximos anos"

Alex Ribeiro De São Paulo

O aumento do risco fiscal das últimas semanas e a incerteza sobre as eleições presidenciais de 2022 não afetaram, por enquanto, as estimativas do mercado sobre a taxa de juros neutra, o nível da Selic que é consistente com a economia em pleno emprego e a **inflação** estável.

A mediana dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central em uma pesquisa divulgada nesta quarta-feira estima que a taxa neutra esteja atualmente em 3% ao ano em termos reais, ou seja, descontada a **inflação**. Eles preveem que ela fique estável no mesmo percentual dentro de dois anos e de cinco anos.

"É um voto de confiança no bom funcionamento da economia política brasileira nos próximos anos", avalia o economista Samuel Pessoa, do IbreFGV, que publicou um amplo estudo que investiga os determinantes da queda da taxa neutra nas últimas décadas, em parceria com Bráulio Borges, seu colega na instituição. "A democracia brasileira não tolera **inflação** alta e pune os governantes que inflacionam." Ainda assim, a pesquisa pré-Copom, que levanta projeções do mercado para a reunião do Comitê de Política Monetária (Co-pom) do BC, tem um sinal amarelo: pelo menos 25% dos 72 analistas econômicos citam uma taxa neutra de 3,5% ao mais.

Outro fato desfavorável é que, desta vez, os analistas econômicos não estão prevendo recuos adicionais na taxa neutra, num sinal de que o processo de queda que ocorreu a partir do Plano Real pode ter se esgotado.

Em 2017, na última consulta feita pelo Banco Central, eles estimavam que a taxa neutra estava em 5% reais ao ano e que cairia para 4% ao ano dois anos depois e ficaria estacionada nesse percentual. Com a queda a 3% ao ano, a taxa neutra evoluiu melhor do que as expectativas do mercado.

O estudo de Borges e Pessoa mostra que a mudança no regime fiscal a partir de 2016, no governo **Temer**, abriu o caminho para juros neutros mais baixos no Brasil em anos recentes.

Uma pesquisa semelhante havia sido feita pelo BC em 2012. Naquela época, a taxa neutra era estimada em 5,5%, mas a mediana dos analistas econômicos não esperava que fosse recuar nos anos seguintes. O Brasil estava, então, no auge da política de expansão fiscal e para fiscal, durante do governo Dilma.

O levantamento mais antigo do BC de que se tem conhecimento sobre as estimativas da taxa neutra foi feito em fins de 2010, último ano do segundo governo Lula. A mediana dos analistas econômicos estimava, naquele período, a taxa neutra em 6,75% ao ano. Nessa pesquisa, não foi questionada a perspectiva para os anos seguintes.

Os altos juros vigentes no Brasil foram um dos temas que intrigaram os economistas no período pós-Plano Real, editado em 1994. O país se livrou da **inflação** muito alta, mas passou a conviver com juros muito elevados - na média dos primeiros quatro anos após o programa de estabilização, a taxa básica ficou em cerca de 20%.

Um dos pais do Real, o economista Edmar Bacha defendia a tese de que os juros eram altos porque o Brasil não tinha conversibilidade da moeda e, por isso, investidores cobravam um prêmio para investir dentro do Brasil. Pessoa era um dos que defendiam a tese de que, na verdade, o desequilíbrio entre poupança e investimento gerava um juro tão alto - no qual o pé no acelerador fiscal tinha uma parcela significativa de responsabilidade. O trabalho feito com Borges, "Os determinantes do juro de equilíbrio brasileiro em 2001-2019", é um tira teima dessa controvérsia. A conclusão é a de que Bacha estava correto para o período que vai até mais ou menos 2006. A partir de então, fatores que afetam poupança e investimento passaram a

explicar o alto nível de juros no Brasil.

De acordo com Pessoa, nos primeiros anos do Real, os juros eram bem altos porque "sustentavam o regime de câmbio fixo", no qual a economia operava com um maior nível de risco. A flutuação da moeda, em 1999, e o ajuste fiscal de então, de 2,5 pontos percentuais do Produto Interno bruto (**PIB**), permitiram uma queda inicial.

Ainda assim, a taxa real seguiu acima de 10% ao ano. "O processo de acumulação de reservas internacionais foi muito importante, nos governos petistas, para reduzir o risco", diz Pessoa. De certa forma, Bacha estava certo, já que o acúmulo de ativos em dólares pelo governo atuou como uma força para a baixar o juro.

Mas a queda não ocorreu de fato para níveis mais civilizados porque, de 2006 para cá, o que passou a apitar mais alto nos juros altos foram os fatores que determinam poupança e investimento. Até 2008, houve uma importante contribuição do crescimento mundial, mas a partir de então o que contou mesmo foram as pressões dentro do país.

Borges e Pessoa mostram que, durante o período petista, o Brasil cresceu acima da sua capacidade de oferta interna e a taxa de investimento subiu para 18% do **PIB**. "Há uma grande correlação entre os juros no Brasil e fatores como déficit primário, gastos do governo, política parafiscal e investimentos de estatais." A mudança de regime fiscal no governo **Temer**, com freio na política creditícia dos bancos públicos e a introdução do teto de gastos, permitiu a baixa dos juros neutros capturada na pesquisa do Banco Central. Como já apontou Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro e hoje economista-chefe do BTG Pactual, o governo Bolsonaro será o primeiro desde a Constituição de 1988 que terá um nível de gastos/**PIB** menor do último ano de mandato do que herdou do governo anterior.

Braúlio e Pessoa chegam à mesma estimativa para o juro neutro que o consenso de mercado capturado pela pesquisa pré-Copom, em 3%. Se vai subir ou não, diz Pessoa, dependerá da percepção sobre o risco na economia daqui por diante.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186977

Volta das coligações partidárias em 2022 passa na Câmara em primeiro turno

A pouco mais de um ano para as eleições de 2022, os deputados federais buscam mudar as regras do jogo. Por meio de um acordo costurado entre os líderes das legendas, os parlamentares aprovaram, em primeiro turno, o retorno das coligações partidárias, que haviam sido extintas na reforma eleitoral de 2017.

No mesmo acerto, eles rejeitaram o chamado distritão, sistema que acabaria com a representatividade dos partidos na Câmara. As mudanças foram votadas após uma reviravolta capitaneada por Arthur Lira (PP-PI), presidente da Casa. Hoje (12/8), ocorrerá o segundo turno de votação. Em caso de aprovação, o texto-base seguirá para avaliação do Senado, onde não tem clima favorável.

O distritão foi derrotado por um destaque do PSol, com 423 votos pela exclusão do trecho contra 35 favoráveis ao modelo. Em contrapartida, ficou na PEC da **reforma política**, como parte do mesmo arranjo e, inclusive, com votos de legendas da oposição, a volta das coligações partidárias. De acordo com a medida, as siglas que seriam limitadas pela cláusula de barreira garantem representatividade na Casa.

Considerado um dos piores sistemas, o distritão permite a eleição direta de deputados federais, estaduais e vereadores. O modelo favoreceria a votação de políticos mais conhecidos ou mais ricos em detrimento de novos candidatos ou postulantes menos abastados. Com a supressão do trecho da PEC que permitiria o novo sistema, permanece o modelo vigente, em que os votos nos partidos também pesam na definição do candidato mais votado. O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou que, caso a mudança tivesse ocorrido, cada deputado seria o próprio partido político.

A relatora da proposta, deputada Renata Abreu (Podemos-SP), frisou que a troca do distritão pela volta das coligações partidárias foi a saída encontrada para evitar dois cenários extremos. O primeiro, em que a PEC seria rejeitada, ou o segundo, em que o novo sistema passaria.

Os dois assuntos estavam previstos no texto. "Teve uma aprovação em conjunto da comissão com dois temas. Uma parte era contrária a qualquer alteração, e outro, favorável ao distritão. No risco de se aprovar um ou outro, se votou nas coligações", explicou.

Ao defender o destaque que suprimiu o distritão, a deputada Vivi Reis (PSol-PA) ressaltou que ocupou como suplente uma vaga do PSol, fortalecendo o partido e a diversidade na Câmara. Disse, ainda, que destinar votos para celebridades seria jogá-los fora.

"Com o distritão, será difícil eleger jovens, mulheres e pessoas negras que representam o povo brasileiro. Temos de dizer da importância de pensar projetos políticos, e não construção individualista, com nomes de celebridades ou pessoas que lutaram para mudar o jogo por meio do poder econômico, muitas vezes transmitido de pai para filho", frisou. "Derrubar o distritão é apostar em modelos de eleições e construção política que não seja voltados para específicos."

A medida também foi defendida por parlamentares do Novo. Marcel Van Hatten (RS) enfatizou que o partido foi contra desde a comissão especial e que a medida traria personalismo. "É uma pena que nesse acordo tenha sido incluído a volta das coligações. Mas entendemos, também, que para o Brasil esse acordo foi positivo na medida em que o mal maior foi evitado", afirmou.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) comemorou a decisão, lembrando que parlamentares barraram não só o distritão, mas também a PEC do voto impresso, rejeitada pela Casa na terça-feira. "É a segunda noite em que a democracia sai afirmada deste Parlamento. Não é necessário que a cada eleição se mude o regramento, mas o aprimoramento é uma necessidade", disse.

"Hoje (ontem), estamos aprimorando, após quatro meses de debate, com todos os deputados desta Casa, para fazer com que votos e ideias não desapareçam. A maturidade vence, e a democracia florescerá neste país."

>> Memória

O parecer aprovado permite a volta das coligações para eleições proporcionais - vereadores, deputados estaduais e federais. Essas alianças partidárias foram extintas em 2017, por meio da emenda constitucional nº 97. A disputa de 2020 foi a primeira em que vereadores não puderam concorrer por meio de

coligações.

Alianças podem aumentar as chances de eleição no Legislativo, pois a quantidade de votos de cada um dos candidatos de um mesmo grupo de legendas é somada e dividida pelo quociente eleitoral (relação entre o número de votos válidos e o número de vagas). Essa união não precisa ser replicada em âmbito federal, estadual ou municipal.

Pela proposta, seriam eleitos deputados aqueles que mais recebessem votos, independentemente do desempenho do partido ao qual são filiados. No modelo proporcional, para um candidato sair vitorioso, primeiro a legenda à qual ele pertence tem que atingir um número mínimo de votos para ter direito a ocupar cadeiras no Poder Legislativo. Caso a sigla não atinja esse quociente eleitoral, o candidato não será eleito, mesmo que tenha conseguido uma margem expressiva de votos.

O parecer aprovado permite a volta das coligações para eleições proporcionais - vereadores, deputados estaduais e federais. Essas alianças partidárias foram extintas em 2017, por meio da emenda constitucional nº 97. A disputa de 2020 foi a primeira em que vereadores não puderam concorrer por meio de coligações.

Alianças podem aumentar as chances de eleição no Legislativo, pois a quantidade de votos de cada um dos candidatos de um mesmo grupo de legendas é somada e dividida pelo quociente eleitoral (relação entre o número de votos válidos e o número de vagas). Essa união não precisa ser replicada em âmbito federal, estadual ou municipal.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4943202-volta-das-coligacoes-partidarias-em-2022-passa-na-camara-em-primeiro-turno.html>